
ATA Nº 2

2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025

28 DE ABRIL DE 2025

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e quarenta minutos, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na segunda sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco.-----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

-----Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Silvestre Miguel Simões da Rocha em substituição de Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, Diana Andrade Ferraz Gomes em substituição de João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Lucília de Fátima Toste Ávila em substituição de Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Eulália Ferreira Toste Leal - PS, Marta Maria Candeias de Meneses em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Ricardo António Ferraz da Rosa em substituição de Valter Manuel Linhares Peres - PS, Carina Marlene Pires Dias - PS, Simão Pedro Meneses Fonseca - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, Andreia Marques Mendes em substituição de José Manuel de Aguiar Paim - PS, Miguel da Costa Bettencourt em substituição de Rita Lemos Borges - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Aqualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Ana Margarida Vieira Branco - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Valter Manuel Linhares Peres - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS e Rita Lemos Borges - GCE.-----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Rita Lemos Borges - GCE, Joana Ávila Machado - PS, Mónica Andreia Simões Brum - PS, Pedro Miguel da Rocha Medeiros - PS, Carolina de Fátima Nunes Amaral - PS, Ana Cristina Pereira da Rocha - CDS-PP e Filipe Alexandre Ávila Aguiar - PPD/PSD.-----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros:-----

----- Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS e José Manuel de Aguiar Paim - PS.

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Ricky Joe Baptista, Paula Cristina Borges de Sousa, Marco Aurélio Pamplona Meneses, Marco Euclides Lemos Martins, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira e Isménia Landeiro Alves. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal: -----

----- Pedro Jorge Mendes Machado e Nuno Miguel Leal Ribeiro.-----

----- **ATA DA REUNIÃO DE VINTE E UM DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA:** -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **O Deputado Valdemar Toste** interveio para agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, o acompanharam num momento difícil da sua vida que foi o falecimento da sua mãe. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Foram apresentados os seguintes votos: -----

----- **Pelo Grupo do PS:** -----

----- Voto de Recomendação para elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, lido pelo Deputado Ricardo Rosa. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:** -----

----- Voto de Louvor, ao Juventude Desportivo Lajense, pelo alcance dos títulos: Taça AFAH, Taça da Ilha Terceira e Campeão de Futebol dos Açores, lido pelo Deputado César Toste. -----

----- **Pelo GCE:** -----

----- Voto de Congratulação, ao Juventude Desportivo Lajense, pelos feitos alcançados, lido pelo Deputado Bruno Borges. -----

----- **Pelo Grupo do PS:** -----

----- Voto de Congratulação, ao Juventude Desportivo Lajense, pela conquista do Campeonato de Futebol dos Açores, lido pela Deputada Eulália Leal. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** interveio para solicitar escusa de voto, por ser Vice-Presidente da Coletividade. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava aos votos. -----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado pelo PPD/PSD foi aprovado por unanimidade, com escusa de voto do Deputado Simão Fonseca.** -----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado pelo GCE foi aprovado por unanimidade, com escusa de voto do Deputado Simão Fonseca.** -----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado pelo PS foi aprovado por unanimidade, com escusa de voto do Deputado Simão Fonseca.** -----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:** -----

----- Voto de Congratulação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, pela notável organização da Expo Praia 2025, lido pelo Deputado Filipe Rocha. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Pelo Grupo do CDS-PP:** -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo Juventude Desportivo Lajense, pela realização da décima sétima edição do *Ramo Grande Azores Cup*, ao Sporting Clube de Portugal, pela conquista do Torneio de Sub-11 e ao Centro Social e Desportivo de Câmara de Lobos que se consagrou vencedora do Torneio de Sub-13, lido pelo Deputado Pedro Pinto. -----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:** -----

----- Voto de Congratulação, ao XVII *Ramo Grande Azores Cup*, lido pelo Deputado César Toste.-----

----- **Pelo Grupo do PS:**-----

----- Voto de Congratulação, ao XVII *Ramo Grande Azores Cup*, lido pela Deputada Carina Dias.-----

----- **O Deputado Simão Fonseca** interveio para solicitar escusa de voto, por ser Vice-Presidente da Coletividade.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava aos votos.-----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado pelo CDS-PP foi aprovado por unanimidade, com escusa de voto do Deputado Simão Fonseca.**-----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado pelo PPD/PSD foi aprovado por unanimidade, com escusa de voto do Deputado Simão Fonseca.**-----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado pelo PS foi aprovado por unanimidade, com escusa de voto do Deputado Simão Fonseca.**-----

----- **Pelo Grupo do PS:**-----

----- Voto de Congratulação, à Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo, pelo seu quadragésimo aniversário, lido pelo Deputado Simão Fonseca.-----

----- **O Deputado John Borges**, em nome da Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, usou da palavra e disse que se associava ao voto.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:**-----

----- Voto de Congratulação, à Câmara Municipal, pelo seu apoio e contributo para o sucesso da *Expo Atlantic Terroir*, lido pela Deputada Lisandra Valadão.-----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse a bancada do PS se associava ao voto.-----

----- **A Deputada Lucília Ávila** usou da palavra e disse a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Pelo Grupo do CDS-PP:**-----

----- Voto de Congratulação, à Escola Básica Integrado dos Biscoitos, à Escola Secundária Vitorino Nemésio, à Escola EB1,2,3/JI Francisco Ornelas da Câmara pertencente à Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, à Creche e Jardim de Infância

“Divertiláxia” e ao colégio e jardim de Infância “O Gu e a Tita”, galardoados com a bandeira verde 2023/2024, no âmbito do programa Eco-Escolas, lido pelo Deputado Pedro Pinto. -----

----- **A Deputada Diana Gomes** usou da palavra e disse a bancada do PPD/PSD se associava ao voto. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra e disse a bancada do PS se associava ao voto. -----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Pelo Grupo do PPD/PSD:** -----

----- Voto de Congratulação, à Academia de Dança do Juventude Desportiva Lajense, pela participação no Campeonato da Europa de solos nas danças latinas no escalão de juventude, lido pelo Deputado César Toste. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** usou da palavra e disse a bancada do PS se associava ao voto. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** interveio para solicitar escusa de voto, por ser Vice-Presidente da Coletividade. -----

----- **Submetido à votação, o voto apresentado foi aprovado por unanimidade, com escusa de voto do Deputado Simão Fonseca.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas dez horas e quarenta minutos iniciou-se o período da Ordem do Dia. -----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 4 DE FEVEREIRO A 10 DE ABRIL DE 2025.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** colocou duas questões: -----

----- 1ª Questão – qual o ponto de situação do PDM; -----

----- 2ª Questão – no âmbito do Primeiro Direito, se havia candidaturas aprovadas e se sim, qual a taxa de execução até ao momento. -----

----- **O Deputado António Borges** iniciou a sua intervenção solicitando a distribuição do Decreto de Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e disse que este era bem claro quando dizia que a colocação e manutenção de placas toponímicas era da responsabilidade das Juntas de Freguesia e que a sua aquisição era da responsabilidade do elenco camarário. Acrescentou que, a referida lei era dúbia e, por isso, havia um parecer do CCDR Norte - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento

da Região Norte - que esclarecia isso mesmo e que estava anexo à lei que estava a ser distribuída pelas bancadas. Posto isso, disse que no seu manifesto estava plasmada a pretensão de alteração do nome de três ruas na Praia, sendo que o atual executivo camarário tinha decidido colocar uma placa na zona “Filarmónica União Praiense”, ficando as restantes ruas rejeitadas, mas intelectualmente não tinham sido honestos pois no seu discurso tinham dito que a Câmara Municipal é que tinha dado o nome à rua, quando o que deveria ter sido dito era que o mesmo tinha sucedido por proposta da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, em consonância com a Câmara Municipal. Informou que, a Junta de Freguesia já tinha a placa, aliás a Câmara nunca as comprava, mas esta tinha-se antecipado e colocado placas, mesmo não sendo da sua competência. Depois disso, referiu que tinha contactado o vereador com competência na área, sobre o sucedido, tendo o mesmo informado que havia um parecer jurídico nesse sentido, mas até à data esse parecer, que foi solicitado à Câmara, nunca tinha sido enviado à Junta de Freguesia, o que levava a crer que o mesmo não existia. Referiu que a Junta de Freguesia vinha a cumprir com o que estava plasmado em lei e assim queria continuar e se a Câmara tinha outro parecer jurídico ou alteração de lei, que desconhecia, gostaria que procedessem de igual forma com todas as ruas que se encontravam sem a devida sinalização.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** questionou qual o valor da dívida a fornecedores, aquando da tomada de posse daquele executivo.-----

----- **O Deputado Vasco Lima** questionou se seria no corrente ano que o problema da falta de pressão de água, no Caminho das Faias e canadas adjacentes, seria resolvido.-----

----- **O Vereador Marco Meneses** respondeu à Deputada Maria de Fátima Homem, relativamente à situação do PDM, que a parte da reserva ecológica já estava resolvida, ficando em falta alinhar a parte das vias municipais e, após esses pormenores, será preparado um relatório final para ser apresentado a discussão pública. Referiu que, estavam em crer que muito brevemente isso aconteceria, para depois ser posto em prática.

----- **A Vereadora Paula Sousa** respondeu à Deputada Maria de Fátima Homem, relativamente à situação do Primeiro Direito, que todas as candidaturas tinham sido submetidas em março de dois mil e vinte e quatro, já tinham tido nota de dois períodos de seleção dos quais o Município da Praia não tinha integrado, restando a este um regime especial de financiamento, do qual estavam à espera, por parte do IHRU, das orientações, ou seja, se tinham que apresentar novamente as candidaturas ou se as que já tinham entrado, mediante uma conversão, acediam àquele regime especial. Acrescentou que continuavam a ter muitas dificuldades em aceder a respostas por parte do IHRU, mas da parte do Município tudo estava a ser feito e cumprido para que pudessem ter acesso ao referido regime.-----

----- **O Vereador Marco Meneses**, relativamente à questão do Deputado António Borges, disse que não tinha consigo o referido parecer, mas que posteriormente o enviaria. Quanto à Lei em causa, disse que se o Deputado António Borges queria seguir à letra a mesma, então era isso que ia acontecer, mas em relação a tudo o que esta referia ser da competência das Juntas de Freguesia e disse que, naquele momento o que a sociedade precisava era de soluções e não que se criassem problemas, que era o que

estava a acontecer por causa da colocação de duas placas toponímicas, mas que essa questão deixava à consideração do mesmo.-----

-----**O Presidente da Mesa** solicitou às pessoas que faziam intervenções por orientação da Sra. Presidente da Câmara, com autorização do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que se limitassem exclusivamente à questão colocada em cima da mesa, pois a vertente política cabia à Sra. Presidente fazer a resenha de todo o enquadramento político.-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal**, ainda sobre a questão das placas toponímicas, disse que efetivamente havia uma proposta feita ao Município e, perante a mesma, tinha sido pedido um parecer jurídico, relativamente a quem tinha de assumir a totalidade da responsabilidade, quer fosse perante uma alteração ou uma aplicação a novo, sendo que a resposta tinha sido no sentido de que a autorização para tal estava completamente na dependência do/da Presidente da Câmara, podendo ser por proposta de qualquer Junta de Freguesia. Acrescentou que, o que aquele executivo estava a fazer, contrariamente ao que tinha sido feito até então, era uma negociação, receber e acolher as propostas das Juntas de Freguesia, mas a decisão dependia unicamente da Presidente de Câmara. Referiu que, como já havia dito, tinham que preparar uma regulamentação para a colocação de toponímia de forma correta. Disse saber que os presidentes de junta tinham feito alterações de placas, dentro das suas freguesias, sem sequer consultarem o Município, tal como sabia que quando aparecia uma placa danificada eram os presidentes de junta que a recolocavam. Relativamente àquela questão em concreto, lembrou que o Deputado António Borges tinha dito que a despesa da placa cabia ao Município, portanto se este tinha assumido a mesma e se o Sr. Presidente de Junta tinha efetivado exatamente a mesma despesa, não estava a perceber de que lado ficava a responsabilidade. Referiu ser importante ficar claro que aquela não era uma rua a novo e que perante as ruas que aparecessem a novo, nos despachos, seria dada a indicação de quem fazia essa aplicação. Acrescentou que, o Sr. Presidente de Junta tinha a informação de que era para fazer a referida alteração, mas não tinha recebido, da parte daquele executivo, alteração para adquirir a placa, nem tão pouco indicação dos dias para a sua colocação e apresentação, portanto, se tivesse havido articulação por parte da Junta de Freguesia, podia ter sido de maior conveniência para todos. Mencionou que poderá ter havido falha por parte da Câmara, mas da parte da Junta de Freguesia não havia a necessidade de efetivar aquela despesa, muito menos de passar pelo consequente embaraço. Quanto ao discurso, nomeadamente a não referência de que tinha sido sob proposta da junta de freguesia, disse que o Deputado António Borges sabia que em todos os momentos que tinham estado presentes nos aniversários da Filarmónica União Praiense, sempre tinha sido solicitado à Câmara Municipal e não à junta de freguesia e em momento algum tinha dito que era a Câmara que estava a atribuir, pois esta estava a honrar um pedido feito pela Filarmónica durante vinte anos. Realçou que, com boa articulação e respeitando na totalidade, certamente a Junta de Freguesia de Santa Cruz ia ter novas tarefas a cumprir perante o Regulamento em causa. Acrescentou que não tinha existido nenhuma tentativa de depreciar a atitude da Junta, mas esta não se ia sobrepor à posição da Câmara Municipal, muito menos à da Presidente da mesma, que o Deputado António Borges

podia apresentar todas as propostas que entendesse, mas não era por serem propostas que tinham que ser acatadas e com a justificação de que era unicamente pelas questões jurídicas que lhe tinha sido dada a resposta de que iriam proceder à alteração, apenas, daquele troço e que o restante seria submetido a uma nova ponderação perante um regulamento que ainda tinha que ser trabalhado. -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Filipe Rocha, **a Presidente da Câmara Municipal** respondeu dizendo que em dois mil e vinte e um, a dívida a fornecedores era de um milhão, setecentos e noventa e dois, seiscentos e oitenta e seis. -----

----- Relativamente a intervenção do Deputado Vasco Lima, **a Presidente da Câmara Municipal** respondeu dizendo que havia o reconhecimento de que aquela zona tinha uma baixa pressão de água, que não era constante, mas que existia. No entanto, disse que tinham a indicação de que a pressão existente ainda cumpria a lei, mesmo assim, havia um projeto devidamente orçamentado em sessenta mil euros, que teria de ser feito por investimento próprio do Município. Informou que havia capacidade, da parte do Município, para assumir aquela obra até ao final do ano, bastando apenas verificar se estava pronto a avançar ou se havia algum reajusto a fazer e se era necessário recorrer a mão-de-obra externa. -----

----- **O Deputado John Borges** questionou se havia informação sobre o arranque da alcatroagem das sobras de estrada. -----

----- **O Deputado Marco Toste** interveio para informar que um dos pontos trazidos àquela Assembleia, por várias vezes, nomeadamente o problema de inundações na Canada do Brás da Canada, tinha ficado resolvido com a construção do sumidouro e agradeceu o mesmo. De seguida, questionou sobre o ponto de situação da Rua Padre Abílio de Moraes e a Rua da Gorgita, que tinham problemas de inundações e sobre a Rua do Cavaco, nomeadamente a sua asfaltagem. -----

----- **O Deputado António Borges** interveio para clarificar que, relativamente às placas toponímicas, sabiam que a lei conferia à Sra. Presidente a atribuição do nome e quanto a isso não tinham levantado qualquer questão. Continuou dizendo que a única questão levantada era que, estranhamente, tinham ido colocar duas placas, que nunca o tinham feito em nenhuma rua, tal como era estranho não terem comunicado à junta que o iam fazer o que era habitual, ou seja, não conversarem com a mesma. De seguida, deu alguns exemplos de atividades realizadas pela junta de freguesia, as quais tinham sido realizadas igualmente pela Câmara Municipal e disse que aquela é que era a falta de diálogo, porque a Câmara não ligava à Junta para saber se iam realizar alguma atividade em determinada data. Ainda sobre as placas, disse que a questão estava resolvida, que já tinham três ou quatro modelos de placas, porque a placa colocada não era com o modelo correto, mas isso ficava com quem a tinha posto. Relativamente à limpeza do troço entre a Escola Secundária Vitorino Nemésio e a Praia Grande, atividade da Câmara Municipal em parceria com a Escola Secundária Vitorino Nemésio aquando do projeto Eco Escolas, e tendo em conta a quantidade de lixo recolhido, questionou se depois disso tinha sido emanada alguma recomendação à Praia Ambiente, tendo em conta que esta era a responsável pela limpeza da zona em causa. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigiu-se ao Deputado John Borges e respondeu que o concurso estava a decorrer, estavam a aguardar as propostas. Quanto à questão do Deputado Marco Toste, disse que a Canada do Cavaco já estava adjudicada e tinha uma planificação para iniciar a intervenção, mas o tempo que se fazia sentir não tinha permitido; a Rua da Gorgita também estava devidamente adjudicada, apenas a aguardar que a empresa pudesse iniciar os trabalhos; em relação à Rua Padre Abílio, disse não ter informação, mas que depois comunicava a respetiva situação: na Canada Brás da Canada era bom perceber que a intervenção tinha sido bem planificada, que já tinha havido correção e o que se pretendia era ir fazendo a correção ao longo das freguesias para poderem minimizar situações como as que já se tinham verificado.-----

Relativamente à intervenção do Deputado António Borges, disse que à semelhança do trabalho que vinham fazendo, de forma autónoma na gestão Municipal, não estavam a omitir o trabalho, mas isso não lhes tirava a legitimidade de fazer a sua planificação de todos os eventos que entendessem que deviam ou não ser assinalados, nem tão pouco faziam algum tipo de imposição a nenhuma Junta de Freguesia para as comemorações que cada uma ia evidenciando nas suas freguesias. Disse pensar que, no caso que o Deputado António Borges tinha enumerado, seria importante que a Junta de Freguesia, numa dinâmica mais pequena do que a Municipal, apresentasse no início do ano a sua planificação para o mesmo, de forma a perceberem se entroncava com alguma atividade municipal, mas ser a Câmara a fazer o contacto com as Juntas de Freguesia para fazer a organização da calendarização anual, isso não, pois não tinham a gestão de uma junta de freguesia, mas sim de uma câmara que obrigava a trabalhar noutros moldes. Quanto à falta de comunicação, disse que já tinha assumido que poderia ter acontecido por parte da Câmara, mas que era importante que o Deputado António Borges também o assumisse e lembrou que estavam ali para agir de forma colaborante, não estavam a boicotar/contrariar nada à Junta de Freguesia de Santa Cruz, mas as coisas tinham que ser feitas corretamente e se havia falhas de ambos os lados, tinham que fazer por as melhorar. Relativamente ao troço Escola Secundária Vitorino Nemésio/Praia Grande, disse que aquela era uma zona urbana, daí não estar a perceber a questão colocada.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** questionou qual o valor estimativo ao Primeiro Direito e se houve atraso por parte do Município na submissão das candidaturas. Relativamente ao PDM, agradeceu os esclarecimentos e disse esperar que, finalmente ficasse pronto. -----

----- **O Deputado Vasco Lima** colocou três questões:-----

----- 1ª Questão - relativamente ao PDM, se as propostas das Juntas de Freguesia tinham sido contempladas;-----

----- 2ª Questão – para quando o lançamento do concurso público da Escola da Vila Nova;-

----- 3ª Questão – se estava para breve a execução da obra na Canada dos Guardanapos.

----- **O Deputado Luís Vieira** interveio para congratular a Câmara pela organização das Jornadas Agrícolas nos Biscoitos. -----

----- **O Deputado Paulo Sousa** interveio para salientar um passo importante que tinha sido dado, nomeadamente na resolução do problema consequente das enxurradas do dia

dois de junho do passado ano, na Canada do Coxo, freguesia das Fontinhas, ou seja, a betonagem/pavimento da mesma. De seguida, disse que era com bom grado que viam, finalmente, que a reivindicação de quase cinquenta anos estava a dar os primeiros passos com a assinatura do contrato ARAAL com o Governo Regional para a Canada do Barreiro, a ligação desta com a Canada dos Batistas da mesma freguesia.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Maria de Fátima Homem dizendo que a candidatura tinha sido feita atempadamente, foi em fim de linha, em março do ano passado. Explicou que, em relação aos dois momentos de avaliação, tinham ficado fora das vinte e seis mil primeiras habitações para atribuição, passando à segunda fase para as restantes dez mil e o compromisso do IHRU tinha sido fazer uma avaliação pelo grau de maturidade das que estavam contempladas nas vinte e seis mil, se estavam a cumprir o mesmo, para ver se ainda restavam mais vagas, mas o que era certo era que o grau de maturidade era avaliado unicamente pela ordem de entrada, o que não deveria ser. Informou que o Município já tinha feito aquisição de quatro habitações, tinha os seus projetos praticamente concluídos e tinha uma plataforma onde iam colocando tudo o que era trabalhado relativamente a todas as habitações e aos bairros, ou seja, havia investimento feito, mas naquele momento não tinham a garantia de que eles pagariam aqueles valores. Informou, também, que o projeto inicial e que tinha sido dada a primeira verificação positiva por parte do PRR, envolvia um valor de quatro milhões e duzentos mil euros, com isso sabiam que as metas tinham que ser cumpridas até junho de dois mil e vinte e seis e perante as várias reivindicações que vinham sendo feitas, o que poderia haver era uma redistribuição de valores e aumento de anos para a sua execução. Explicou que ao terem de sair do PRR, estar só na candidatura ao 1º Direito, dava o benefício de que as execuções concluídas até dois mil e vinte e seis fiquem contempladas com os cem por cento de compensação. Os que transitando para o ano seguinte, o valor percentual da compensação vai diminuindo.-----

----- Quanto à intervenção do Deputado Vasco Lima, a **Presidente da Câmara Municipal** disse que:-----

----- 2ª Questão – a contratação pública seria lançada na corrente semana. -----

----- 1ª Questão – iam votar, naquela Assembleia, uma revisão orçamental que ia permitir a abertura de novos arruamentos, bem como a sua infraestruturação. Informou que tudo aquilo tinha um custo, estava a ser devidamente avaliado para perceberem e poderem acomodar essas aberturas de ruas na planificação Municipal. Disse que quando tivessem tudo alinhado iam promover uma reunião com todos os presidentes de junta, para que tivessem noção do que ia ser apresentado e que não ia ser presente a discussão pública sem o conhecimento destes. Informou que a questão da reserva ecológica já estava desbloqueada, já tinham todos os pareceres devidamente entregues à empresa e entendiam que a muito breve trecho podiam ter a situação do PDM desbloqueada. -----

----- 3ª Questão – que aquela era uma das candidaturas que tinha ficado dentro da “Praia Menos Perdas”, ainda estavam a aguardar da Direção Regional dos Fundos Estruturais alguma indicação, mas o projeto estava feito, tal como já havia muito trabalho delineado, pelo que não seria difícil colocar em marcha a sua execução, mesmo assim tinham que aguardar que o mesmo fosse validado pela referida entidade. -----

----- **O Deputado António Borges** interveio para clarificar que se passava num troço que era da responsabilidade da Praia Ambiente a sua limpeza e este estava sujo, notificava a mesma em relação a isso. De seguida, questionou: -----

----- 1ª Questão - em que ponto de situação estava o Bairro Americano, em termos de contratualização; -----

----- 2ª Questão - se havia algum plano para o levantamento de todas as casas ilegais existentes no Caminho das Amoreiras, no Caminho do Facho e no Juncal, para que as mesmas regularizassem a sua situação; -----

----- 3ª Questão – tendo em conta que tinham sido informados de que a situação do terreno da urbanização de São Pedro já estava na posse da Câmara, se era só a parte edificada, uma vez que quer a zona da horta comunitária, quer a parte traseira de todo o bairro, estava cedida para uso da Junta de Freguesia. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** questionou se ia haver mais algum Conselho Municipal de Juventude até ao final do mandato. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** solicitou um resumo sobre a preparação da época balnear dois mil e vinte e cinco e questionou se as obras de requalificação na Prainha estavam dentro do *timing* previsto para que a época balnear naquela zona ocorresse da melhor forma. -----

----- **A Deputada Eulália Leal** interveio para colocar duas questões: -----

----- 1ª Questão – relativamente à Associação de Pilotos de Rali dos Açores, nomeadamente a sua comunicação pública de não receção de resposta a uma candidatura submetida à Câmara Municipal com vista à realização do “*Azores Motor Show 2025*”, na Praia da Vitória, o porquê do sucedido; -----

----- 2ª Questão – relativamente ao festival de gastronomia, realizado em Angra do Heroísmo, o porquê da Praia da Vitória não ter participado no mesmo. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra para colocar duas questões: -----

----- 1ª Questão – relativamente ao *Terceira Tech Island*, naquele período de tempo, quantas empresas novas tinham entrado e, das que já estavam instaladas, quantas haviam saído; -----

----- 2ª Questão – qual o ponto de situação relativamente ao FAM. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado António Borges dizendo que as zonas identificadas pelo mesmo como havendo alguma falha da Empresa Municipal, podiam sempre ser comunicadas à mesma, para que se pudesse retificar e perceber de onde vinha a falha, sendo que naquele caso em concreto ia chamar a atenção e tentar perceber o que poderia ter acontecido. Continuou respondendo que tinham verificado um conjunto de ilegalidades que envolviam o Município e que lhes vinham a exigir muito tempo para conseguirem fazer as respetivas legalizações, sendo que as mesmas ainda não estavam concluídas. Disse que o terreno de Santa Rita era uma prioridade, devido à oportunidade que poderiam vir a perder perante os investimentos do PRR fase à candidatura que ainda gostariam de submeter. Acrescentou que estavam só a aguardar o registo, no entanto tinham o mapeamento da área total, sabendo que a junta de freguesia tinha o registo da horta, mas o Município não tinha o registo do edificado, ou seja, de todas as habitações do bairro e o mesmo acontecia com a escola, que era uma

— área enorme que envolvia todo o bairro e os seus arruamentos, a zona do império e um terreno atrás que podia envolver e potenciar mais uns lotes de casas. Informou que o que se pretendia, dentro do loteamento que seria feito, era poder regularizar e ver com a junta de freguesia, porque o compromisso assumido com esta tinha sido só da horta e do terreno adjacente, porque o que estava previsto para mais construção, julgava ser sempre no alinhamento das construções já efetivadas, mas podiam reunir e ver para depois no próprio loteamento fazer bem aquela verificação, bem como as devidas medições porque ao lotear convinha que já ficassem os lotes todos corretos e depois também poder fazer a cedência à junta e esta fazer uso fruto sem problema nenhum, uma vez que esta já estava a fazer a utilização do espaço. Relativamente a processos para regularizar, informou que tinham conseguido finalizar o processo do bairro das Pedreiras e Santa Rita, sendo que na periferia deste havia situação a regularizar, mas a verdade era que estavam mais concentrados na legalização do património Municipal. -----

----- Relativamente à questão do Deputado Simão Fonseca, a **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinha havido uma Comissão Permanente na semana anterior, mas não havia ninguém do PS presente para que se pudesse agendar o próximo Conselho Municipal. -----

----- O **Vereador Marco Meneses** usou da palavra para responder ao Deputado Bruno Borges, dizendo que já tinha iniciado reparações em toda as zonas balneares. Informou que no corrente mês ia ter início o curso de nadadores-salvadores, inicialmente com dezassete inscritos, mas que, entretanto, tinham desistido cinco. Quanto à obra na Prainha, disse que o empreiteiro garantia que a mesma estaria pronta a tempo da abertura da zona balnear. -----

----- A **Presidente da Câmara Municipal** continuou a responder ao Deputado Bruno Borges dizendo que gostavam de fazer um melhoramento no Bar da Prainha, mas não podiam inutilizar os balneários públicos que ainda lá estavam, uma vez que a Prainha era muito utilizada ao longo do ano. Acrescentou que a intenção era que quando os novos balneários ficassem em funcionamento, pudessem fazer uma pequena adaptação para melhorar a movimentação dos inquilinos para operarem no corrente ano e projetar uma intervenção de maior profundidade para breve trecho. -----

----- O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Eulália Leal dizendo que tinha ficado um pouco confuso quando esta referia uma candidatura entregue à Câmara, pois pensava que a referência era a uma candidatura feita à Direção do Turismo da qual ainda não tinham resposta. Acrescentou que, em termos de proposta feita à Câmara Municipal, já tinham recebido uma resposta, por escrito e assinada por si, já tinha ido a reunião de Câmara e já tinha sido comunicada a posição tomada em entrevista à RTP Açores. -----

----- A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Eulália Leal, quanto à segunda questão, que a Câmara da Praia não tinha ficado excluída porque aquela não era uma candidatura, era sim uma opção que o Município fazia relativamente à parceria que tinha com a Câmara de Comércio, parceria esta que tinha característica própria, por isso, tinham legitimidade, dentro do orçamento municipal e das propostas que a Câmara de Comércio apresentava, para validar as mesmas. Relembrou que o Festival de

Gastronomia tinha acontecido no mesmo fim-de-semana da Expo Praia, sendo que esta apenas tinha acontecido na Praia e não tinham que, por Angra estar a fazer, que o fazer, ou seja, tinham feito um investimento na Praia diferenciado, podendo envolver os vários comerciantes e a restauração. Informou que as propostas, ao longo do ano, eram muitas, mas tinham que garantir orçamento e, naquele caso, tinham feito uma escolha, tinham entendido que a Expo Praia teria um impacto mais diferenciado. -----

----- Ainda a **Presidente da Câmara Municipal** e respondendo ao Deputado José Laranjo, disse que: -----

----- 1ª Questão – nos últimos quatro anos tinham tido três empresas que abandonaram o *Terceira Tech Island*, tendo entrado uma em maio de dois mil e vinte e três. Informou que, no momento, tinham dez empresas que representavam um total de noventa e sete funcionários a laborar afetos às mesmas. -----

----- 2ª Questão – o FAM seria uma solução para poderem ter uma maior capacidade de investimento no Município, visto que o que tinha sido traçado, inicialmente no processo de reestruturação, seria aglomerar toda a dívida e fazer uma única negociação com uma entidade daquela natureza, que lhes dava a oportunidade de ter acesso a juros muito baixos, deixando-os com uma folga para investimento e com o compromisso de que era comportável pelo Município. Informou que aquela situação estava devidamente avaliada e já tinha sido apresentada naquela Assembleia, mas vinha sendo inviabilizado pela questão dos vistos do Tribunal de Contas, isto é, não tinham em sua posse todos os vistos deste, não por falta de trabalho da parte da Câmara, mas por imposição do Tribunal de Contas que estava a devolver, consecutivamente, os processos pedindo mais dados e mostrando uma grande intransigência relativamente a muitos dos investimentos e das contratualizações bancárias que tinham sido feitas pelas entidades que todos conheciam. Acrescentou que envolviam um valor ainda avultadíssimo, à volta de oito milhões de euros, que os deixava com algumas preocupações, não só pelo valor, mas pelo património que estava comprometido nos processos referidos. Concluiu dizendo que a proposta ao FAM estava sempre na intenção, perante o reconhecimento de toda a dívida, iam continuar a aguardar e, obviamente, que desde o momento que tivessem alguma comunicação do Tribunal de Contas, dariam conhecimento à Assembleia. -----

----- O **Deputado Ricardo Rosa** interveio e disse, relativamente ao Festival de Gastronomia, lamentar as partes interessadas não terem sido ouvidas. De seguida, informou quantos estabelecimentos tinham participado no referido festival ao longo dos anos, bem como alguns dados do mesmo, de forma a ser perceptível toda a evolução daquela iniciativa. Repetiu que as partes interessadas deveriam ter sido consultadas, que se devia ter percebido melhor qual o impacto na economia local, valorizar a escola profissional, ou seja, que no fundo o que se esperava era uma outra abordagem para que o fundamento e a decisão de participar ou não participar tivesse outra sustentação. -----

----- O **Deputado Miguel Bettencourt** agradeceu os esclarecimentos sobre a época balnear e questionou, se tinha havido alguma tentativa de recuperação do número de nadadores salvadores desistentes e se não se conseguisse recuperar esse número, de que forma o Município podia minimizar os constrangimentos de que doze nadadores poderiam eventualmente causar durante a época balnear, ou seja, um número que não

sendo excessivamente reduzido, também não deixava o Município numa situação confortável. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** interveio e esclareceu que não existia ninguém do PS na Comissão Permanente, no entanto, a mesma tinha reunido no dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, passados onze meses do último Conselho Municipal de Juventude, ou seja, mesmo que tivesse acontecido a referida Comissão Permanente com o intuito de marcar o Conselho Municipal de Juventude, não deixava de ser mau, visto a mesma ter de reunir de seis em seis meses. Concluiu dizendo esperar que o Conselho Municipal de Juventude reunisse até ao final do mandato do atual executivo, no entanto deixava a nota de que não tinha havido falha de ninguém do PS à Comissão Permanente, porque não existia ninguém do PS nesta. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Miguel Bettencourt dizendo que o pretendido e que já tinham acautelado, dentro do protocolo com a Associação de Bombeiros Voluntários da Praia Vitória, seria para trabalharem aquela matéria à semelhança do ano transato, ou seja, recorrer a contratações fora para que todas as zonas ficassem devidamente cobertas. -----

----- **O Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Simão Fonseca dizendo que a informação de que o Conselho Municipal de Juventude não reunia há onze meses não estava muito correta, pois já tinham tentado reunir várias vezes, mas infelizmente não tinham conseguido quórum para tal. Informou que a última tentativa tinha sido na semana passada e que o facto de não reunirem formalmente, não significava que não estivesse a haver trabalho e programas desenvolvidos na área da juventude. Acrescentou que todos os membros do Conselho Municipal de Juventude recebiam informação, do Gabinete da Juventude, de todos os programas que o Governo implementava, garantindo que estes eram do conhecimento dos mesmos. Posto isso, garantiu que nos próximos meses o Conselho Municipal de Juventude ia reunir e que todos iam ter oportunidade de partilhar as suas ideias sobre a juventude e o futuro no mesmo. -----

----- **O Deputado José Laranjo** mencionou que, no final de todo aquele tempo, era com alguma satisfação que ouvia que iam dar uma nova roupagem ao TTI, o que era mais do que justo. Referiu que era de lamentar que empresas tivessem saído, que se tivesse passado de duzentos funcionários para noventa e sete e que no ano anterior o valor orçamentado para aquele item tivesse sido apenas cento e quarenta e sete mil euros. Relembrou que, na primeira Assembleia que tinha decorrido na freguesia das Quatro Ribeiras, tinha sido aprovado por unanimidade um voto de protesto ao Governo Regional pelo abandono do mesmo ao TTI. Disse não questionar o facto da Câmara Municipal da Praia da Vitória se ter empenhado naquele assunto, mas o que questionava era a disponibilidade do Governo Regional em manifestar vontade e interesse na continuação daquele projeto na ilha Terceira, na Praia da Vitória. Disse ser lamentável que, só ao fim daquele tempo se ouvisse que ia haver uma nova roupagem, que o Governo Regional tivesse deixado o TTI chegar ao ponto que chegou e que tivesse abandonado a parte da formação, que era uma mais-valia para a continuação do projeto. Relativamente ao FAM, referiu que continuavam a achar um erro a Câmara insistir naquela situação, até porque

iam tendo indícios de que a situação começava a desanuviar a pressão sobre o Município da Praia da Vitória e, por isso, achavam que não havia vantagem nem necessidade de recorrer ao mesmo.-----

----- **O Deputado António Borges** voltou a questionar em que ponto de situação estava o Bairro dos Americanos.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado António Borges dizendo que já tinham ultrapassado cinquenta por cento das vendas, no corrente ano menos aquisições, mas no próximo mês ainda teriam mais uma. Informou que o que estava a ser trabalhado era a regulamentação prevista, para garantir que todas as pessoas que lá viviam tivessem condições para a aquisição ou em que moldes aquelas habitações pudessem vir a reverter como habitações sociais. Acrescentou que tinham optado por ir fazendo as escrituras, com as pessoas que detinham essa capacidade, mas a verdade era que existiam várias situações bastante vulneráveis e preocupantes. Referiu que, perante o número de vendas e a situação devidamente legalizada, a situação estava praticamente resolvida e achavam que as pessoas sentiam a total segurança de todo o processo que existiu. Explicou, ainda, que o que poderia sofrer alguma alteração era um conjunto de casas que estavam anexadas à mesma área, mas a ideia era não fazer mais nenhuma alteração ao alvará. Concluiu dizendo que, de todos os que já tinham adquirido, iam vendo que as pessoas estavam a cuidar das suas habitações, viam bastantes melhorias na zona e, inclusivamente, algumas zonas devolutas e que não tinham construção, era pretensão colocar em hasta pública com o propósito de vir a surgir novas habitações, ou seja, estava a ser trabalhado para que o processo fosse correndo e que todos os lotes fossem devidamente ocupados e entregues às respetivas famílias. -----

----- **A Deputada Vânia Leal** interveio e, relativamente ao FAM, questionou a que imóveis a Sra. Presidente da Câmara se referia como ainda não tendo passado para a esfera Municipal e, depois, se não conseguissem pagar a dívida ao banco o que acontecia aos mesmos. Por fim, questionou quais as consequências de tudo aquilo para a Câmara. --

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu dizendo que o que tinham eram empréstimos associados aos ativos e eram esses imóveis que os preocupava, pois tinham sido construídos para uso Municipal, como era o caso de pavilhões desportivos, parques de estacionamento e habitações sociais. Continuou dizendo que se deixassem de pagar ao banco, se não assumissem aquela dívida obviamente que o banco teria de ficar com os referidos imóveis/ativos. Informou que os imóveis em causa estavam registados em nome da Praia em Movimento e da Sociedade para o Desenvolvimento do Concelho e aquilo que tinham pedido ao Tribunal de Contas era que reconhecesse que aquelas entidades tinham sido utilizadas para a construção de património que seria para uso Municipal e era esse reconhecimento que estava a ser difícil por parte do Tribunal de Contas, porque as entidades em causa não eram Municipais, mas sim privadas. Acrescentou que enquanto não tivessem esse reconhecimento, não podiam assumir a responsabilidade do pagamento integral desses empréstimos e fazer transitar todo esse património para o Município, de forma correta e legítima, como tinha acontecido com a Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira e do Auditório do Ramo Grande. Disse que tudo o que vinham a fazer era para salvaguardar o referido património e, por isso, continuava na esperança que

o Tribunal de Contas pudesse fazer uma validação positiva em relação a isso e, numa atitude responsável, transitavam os empréstimos, o património e assumiam mais oito milhões de dívida, que os deixava num limite e aí entrava o FAM, ficando limitados só a pagar empréstimos, sem capacidade de investimento e, na iminência de alguma ocorrência de maior, como podiam dar resposta aos munícipes, por isso, tinham que ter a situação resolvida com o Tribunal de Contas o quanto antes, quer para o bem, quer para o pior, mas na verdade a situação do FAM nunca podia ficar excluída porque perante o volume de dívida que tudo aquilo envolvia, só com a solução do FAM é que conseguiam continuar a assumir dívida e ganhar alguma margem de investimento. Relembrou que tudo o que tinham feito até então, tinha sido com muito esforço e organização interna, mas todos legitimamente continuavam a reivindicar mais para o conselho e para que isso acontecesse tinham que ter capacidade de investimento. -----

----- **A Deputada Vânia Leal** usou da palavra e, de forma a concluir, disse que mesmo transitando todos os imóveis para a Câmara, esta ficava muito sufocada porque poderia não conseguir pagar a dívida e que poderia implicar que também não pudesse investir como queria. Posto isso, concluiu que se o FAM seria uma solução para a Câmara pagar juros mais baixos, pagar uma dívida mais baixa e para poder investir e fazer, porque é que a bancada dizia que este não era preciso, que é que tinham razão e que já tinham apresentado soluções e questionou que soluções eram estas. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que ainda bem que se falava no FAM, pois apesar de este ser um assunto debatido e rebatido era importante que se falasse, pois, daquilo que se percebia dos discursos ao longo das várias Assembleias, a Câmara estava espartilhada, mas concordava com a Sra. Presidente quando esta dizia que a Câmara Municipal era a garantia do cumprimento da lei, na gestão das contas Municipais e da coisa pública Municipal. Mesmo assim, tinham construído, com o dinheiro dos contribuintes, onde não era camarário, investindo o dobro ou o triplo do necessário. Continuou dizendo que o FAM, para que as contas ficassem certas e houvesse uma consolidação da dívida, questionava de quem eram os investimentos em causa, mas ninguém sabia explicar como se tinha construído em terreno que não era camarário. Acrescentou que o FAM era necessário, caso contrário as contas do Município e a dívida não se conseguiam consolidar e não se conseguia reduzir a despesa bancária e era isso que o FAM ia trazer, isto é, a capacidade de reinvestimento, reduzindo a contribuição financeira e obrigações financeiras, que alguém tinha assumido e que o atual executivo estava a tentar resolver. -----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** questionou quais eram as diferenças, em termos de natureza jurídica, entre a Cooperativa Praia Cultural, cujos imóveis tinham passado para a Câmara, e as entidades que atualmente possuíam os imóveis em discussão. De seguida, em termos de gestão de recursos humanos, materiais e da própria utilização das infraestruturas em causa, por exemplo dos pavilhões desportivos, questionou a quem estava a cargo e, no caso de ser a Câmara, se este não poderia ser um argumento junto do Tribunal de Contas. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que as questões da natureza jurídica daquelas entidades é que estavam a "empeçar" tudo aquilo. Disse que, quer a

Praia em Movimento, quer a Sociedade para o Desenvolvimento do Concelho e quer a Associação Salão Teatro Praiense, sempre tinham tido a envolvimento de privados e não estando na totalidade na dependência dos mesmos, mas sim com alguns privados, o que era certo era que esgotada a capacidade de investimento dessas mesmas empresas, elas tinham fechado portas, mas a dívida mantinha-se e tudo o que tinha sido construído tinha ficado com uma utilização Municipal e era esse motivo que insistia em dizer ao Tribunal de Contas que aquele património, não estando na esfera Municipal, estava a ser utilizado pelos munícipes da Praia da Vitória, por isso, que o transitassem que a Câmara assumia a dívida e fazia a internalização de todo esse património no Município. Informou que a natureza da Cooperativa, por ser uma Cooperativa e sendo o Município detentor de uma maioria, facilitou o transitar para este e a Cooperativa cedeu a sua parte, mas quando falavam em entidades como as que estavam em causa, que não eram maioritariamente municipais, tornava tudo aquilo num processo jurídico muito delicado que até o Tribunal de Contas estava com dificuldade em assumir aquela realidade. Mencionou que, na iminência do visto ser recusado, tinham que ver que margem de endividamento é que o Município ainda tinha para poderem, junto da entidade bancária, adquirir os referidos imóveis. Acrescentou que as negociações estavam a ser muitas, tentavam sempre responder a tudo, com toda a documentação de que eram detentores, mas tinham que perceber que era o Município a tentar justificar uma coisa que não tinha uma posição direta. Relembrou, ainda, que todos os valores tinham sido assumidos ao longo daquele tempo, nunca tinham falhado na tentativa de salvaguardar o património e era isso que diziam sempre ao Tribunal de Contas, mas não podiam manter aquela situação da forma que estava, a entidade bancária sabia da vulnerabilidade da mesma e estavam a aguardar a melhor resposta do Tribunal de Contas. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **O Presidente da Mesa**, eram treze horas, interveio e propôs que se fizesse um intervalo, para o almoço, o qual foi aceite. -----

----- Pelas catorze horas e quarenta minutos reiniciaram-se os trabalhos. -----

----- **3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2024, DA PRAIA AMBIENTE, E.M.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio para fazer algumas referências ao documento apresentado, nomeadamente: -----

----- 1ª Referência – relativamente ao quadro sobre a evolução dos ganhos da Praia Ambiente – “*Outros Rendimentos e Ganhos*”, questionou a que se referia a diminuição dos mesmos em cerca de cem mil euros; -----

----- 2ª Referência – relativamente aos gastos e à mais que duplicação dos custos das mercadorias vendidas, explicado pela inflação e pelo aumento do custo das matérias-primas, na rubrica destinada a “*Fornecimentos e Serviços Externos*”, referenciou que existia um aumento, de vinte e três para vinte e quatro, de cento e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros; -----

----- 3ª Referência – em dois mil e vinte e quatro existiam imparidades de dívidas a receber no valor de vinte e três mil, quinhentos e sessenta e três e vinte e um e no ano de dois mil e vinte e três, no quadro, estava a zero, o que julgava ser um engano e explicou o porquê, isto é, disse que na apreciação do mesmo tema, no ano passado, tinha sugerido que fosse fornecido o mapa da dívida por idades de saldos, para terem noção da antiguidade das dívidas, por isso, achava estranho que no quadro em causa, relativamente a dois mil e vinte e três estivesse zero;-----

----- 4ª Referência – salientou dois aspetos positivos na transição de dois mil e vinte e três, para dois mil e vinte e quatro, ou seja, por um lado a redução da dívida de clientes e, por outro lado, a redução da dívida a fornecedores. No entanto, disse haver também dois aspetos fundamentais de serem debatidos, que eram: na rubrica “Outras Contas a Receber” viam uma diminuição de novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro euros para cento e sessenta e três mil, trezentos e sessenta euros, e que julgava que aquela rubrica teria que ver com o financiamento ou com o valor a transferir do Governo da República para a Praia Ambiente devido ao concurso de abastecimento de água a Santa Rita; havia uma rubrica que o preocupava, pois havia uma variação negativa no capital próprio de trezentos e noventa e sete mil e sessenta e três euros e quando isso acontecia, levantava sempre algumas dúvidas, quando havia uma descida nunca era um bom indicador, o que o levava a concluir que, eventualmente o saldo positivo, se calhar, não era tão positivo quanto isso, uma vez que teve que haver mexidas no capital próprio da empresa. Concluiu, salientando o desempenho da Praia Ambiente no centro da Praia da Vitória e na limpeza das artérias da cidade, isto é, disse ser lamentável o grau de limpeza a que as mesmas estavam sujeitas, nomeadamente no que se referia ao crescimento das ervas daninhas, pois não era, de longe, o que mais queriam para a cidade da Praia da Vitória. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por informar que a questão das ervas daninhas não era da responsabilidade da Praia Ambiente, pois esta não era responsável pela limpeza de bermas/passeios e aproveitou para esclarecer que estava programado iniciar-se uma aplicação de um novo produto, mas isso obrigava a que o tempo também o permitisse. Relativamente à rubrica referenciada como estando a zeros/dívida a clientes, disse que aquelas imparidades de dívida, com mais de seis meses já não tinham que ser reportadas, por isso, estavam a cumprir a lei. -----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse não saber se a Sra. Presidente tinha resposta para o caso do capital próprio. Relativamente à rubrica das imparidades de clientes, disse não saber se a Praia Ambiente era um caso específico em que estas funcionavam de maneira diferente, porque numa empresa “normal” as imparidades iam até mais de dois anos, mas provavelmente seria diferente. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal**, relativamente ao capital próprio, disse que podia pedir especificamente aquela diferenciação porque, perante as notas que possuía, não havia nada que fosse muito relevante. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

-----**4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2024, DA COOPERATIVA PRAIA CULTURAL.**-----

-----A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----**5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2024, DA TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EM.**-----

-----A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----**6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA - ANO DE 2024.**-----

-----A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

-----A Deputada Maria de Fátima Homem colocou algumas questões:-----

-----1ª Questão – o que de mais relevante proporcionou o aumento de trinta e cinco por cento na despesa corrente com a aquisição de bens e serviços;-----

-----2ª Questão – sobre o valor associado ao PO Açores 2030, onde ia ser aplicado o mesmo;-----

-----De seguida, fez um reparo dizendo que quando se falava em taxas de execução, os valores apresentados não eram os reais, tendo em conta que resultavam das revisões orçamentais que se vinha fazendo ao longo do período do exercício, ou seja, eram ajustados a essas mesmas revisões e não representavam a realidade que tinha sido inicialmente programada.-----

-----O Deputado Bruno Borges interveio e, relativamente ao quadro número oito – “Evolução das transferências obtidas”, disse que este explicava muito bem o que o GCE vinha defendendo ao longo daqueles quatro anos, isto porque as diferenças entre aquilo que eram as receitas do Estado, de transferência corrente e transferência de capital, de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e dois fazia uma diferença, num saldo positivo, de trezentos e sessenta e cinco mil euros; de vinte e três para vinte e quatro o diferencial tinha sido de um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil euros; de dois mil e vinte e quatro para dois mil e vinte e cinco tinha sido um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil euros. Relembrou que, a vinte e sete de fevereiro do corrente ano, tinha saído uma notícia no Diário Insular com a frase “*Praia investe com mais dinheiro vindo de Lisboa.*” e questionou o porquê de isso só acontecer em dois mil e vinte e cinco.-----

-----A Presidente da Câmara Municipal respondeu, à Deputada Maria de Fátima Homem dizendo que:-----

-----1ª Questão – perante a assunção de toda a atividade internalizada no Município era muito natural que houvesse aquele aumento, pois aquela adjudicação de serviços tinha deixado de ser feita por uma entidade e passado a ser feita no Município e aquele percentual era o reflexo daquele investimento.-----

-----Relativamente às taxas de execução a **Presidente da Câmara Municipal**, disse não concordar com a opinião da Deputada Maria de Fátima Homem, pois as alterações orçamentais estavam previstas na lei e não tinham sido feitas só naquela altura, mas sim sempre, por isso, podiam ver a evolução ao longo dos anos das várias oscilações que ia havendo nas execuções. Concordou que, efetivamente, perante uma revisão que tinham feito e que tinha um reflexo muito grande na execução prendia-se, por exemplo, com os dois milhões de euros de uma conta caucionada que tinham herdado do processo de Santa Rita e no último ano tinham feito essa contratualização, sendo que ao longo do ano o que tinham percebido, fase à gestão rigorosa, era que não precisavam da utilização da referida conta, por isso, não tinham feito qualquer tipo de movimentação, fecharam a contratualização que tinham com a entidade bancária e fizeram uma alteração orçamental, ou seja, aquilo não era nada que não devesse ser feito e que já não tivesse sido feito ao longo dos anos. Acrescentou que, outra coisa que lhes dava imensa satisfação era ter tido uma gestão rigorosa, no sentido de nunca recorrer a essa conta caucionada, percebendo também que ao tentarem fazer utilização da mesma teriam de ter a responsabilidade de fazer toda a sua reposição. Posto isso, referiu que dizer que a revisão não transpunha os valores reais, não era propriamente correto porque as revisões podiam ser feitas e aquele era o valor mais impactante perante a revisão feita e que permitia ter aquele nível percentual, quer na execução da receita, quer na despesa. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado Bruno Borges, a **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, como sabiam, tinham tido um reforço relativamente às transferências do Orçamento do Estado ao longo dos anos, e era óbvio que iam tentar sempre tirar o melhor proveito dessa beneficiação, no entanto, aquela que era a capacidade que o próprio Município tinha, mantinha-se e aquele excedente dava, sem dúvida, a oportunidade de fazer uma gestão daquele valor de uma forma mais organizada e refletindo aquela que era a vontade em termos de investimento. Acrescentou que tudo o que tinham tido até ali tinha sido uma capacidade, de forma muito organizada e cuidadosa, de repor todos os valores que tinham em dívida desde que chegaram. Disse que, perante um processo de internalização, que acolhia todos os valores já reportados, dava-lhes a oportunidade de fazer algum investimento, mas também de uma forma muito cautelosa conseguirem acomodar toda aquela transição, porque aquela transição de valores não era exatamente igual àquela que teria um custo na Cooperativa Praia Cultural, como por exemplo o aumento dos salários, ou seja, se não tivessem aquele aumento, poderiam ter dificuldade fase aos valores que todas as pessoas tinham de custo. Disse que só iam conseguir fazer o investimento do excedente em causa quando conseguissem garantir que a Câmara funcionava, que não falhava um ordenado, que tinham os pagamentos fixos todos assegurados. Informou, ainda, que era com esses valores que vinham a diluir perante os projetos apresentados na proposta de orçamento para o corrente ano. Referiu que podia parecer muito, mas diluído face às necessidades e ao orçamento apresentado, não era, nem tão pouco, aquilo que gostariam. Aproveitou para entroncar com a resposta à segunda questão da Deputada Maria de Fátima Homem dizendo que podia não aparecer a rubrica P2030, mas as candidaturas estavam transpostas em várias rubricas e tudo isso tinha que estar acautelado no orçamento camarário, perante

um valor que o Município tivesse capacidade de comportar. Ainda relativamente aos valores de excedente, disse que ao fazerem candidaturas de forma responsável, garantindo que tinham a capacidade financeira daquele que seria o percentual da responsabilidade do Município, já era investir, tirar proveito do quadro comunitário e conseguir investir. Disse que o foco era tirar o melhor proveito do quadro comunitário porque infelizmente não tinham capacidade de investimento de forma autónoma, iam tendo capacidade para pequenas situações, mas gostariam de fazer muito mais. Disse que eram pequenos investimentos, mas tinham que ser considerados como investimentos, pois eram investimentos à medida do Município que, de forma organizada, vinha sendo cumpridor e vinha tendo uma recuperação e, assim, todos os que trabalhavam com aquele executivo e todos os munícipes podiam ter a capacidade de olhar para trás e perceber que ao longo daqueles três anos e meio tinham tido decisões difíceis e uma posição de muito respeito e responsabilidade de mostrar a todos o que tinham encontrado e, de forma organizada e responsável, assumido e a cumprir. Concluiu dizendo julgar que ao longo de três anos e meio, o ano de dois mil e vinte e quatro tinha vindo a demonstrar-se um ano de grande recuperação, era esse o foco e era por aí o caminho que entendiam que tinham que continuar a fazer no sentido de dar continuidade àquela estabilidade de contas, a recuperar património, um trabalho árduo, que levava tempo, mas com responsabilidade ia dando frutos. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** questionou qual o valor total das candidaturas submetidas ao PO 2030. Disse que, após o discurso de Sra. Presidente e tendo em conta o que disse sobre o último ano, podiam concluir que a pretensão inicial do executivo querer aumentar tudo o que eram taxas, afinal não era o certo, pois tinham conseguido gerir a dívida, bem como o funcionamento do Município. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu dizendo que, face ao que tinha encontrado, podia dizer que as contas estavam muito bem e vinham a melhorar. Acrescentou que o esforço estava feito, podia não haver reconhecimento da bancada do PS, mas que também não estava à espera disso, apesar de achar que, de forma responsável, o deviam fazer pois se tinham sido coniventes com os valores de dívida feitos, podiam e deviam acompanhar o executivo na recuperação que vinha sendo feita. Relembrou que a proposta de aumento das taxas tinha sido em consequência do valor da dívida encontrada e que, só por acaso, tinha sido feita por uma gestão do PS e quando chegaram não havia outra forma de compensar o orçamento que não aumentando as mesmas, mas como bem sabiam tinham obtido uma receita, ou seja, tinham sido beneficiados com um valor do IMT, perante a compra do Clube de Golfe, dando a oportunidade de uma revisão que tinha sido a compensação perante a não validação do aumento das referidas taxas. Relembrou, igualmente, que muitos dos presentes certamente tinham recebido um envelope do Tribunal de Contas, pois em tempos empolavam-se orçamentos, mas aquele executivo não o fazia, tinham alocado os valores no orçamento, vivido condicionados por aquele fraco orçamento, mas, mesmo assim, com compromissos assumidos, como por exemplo com as Juntas de Freguesia. Concluiu dizendo lamentar, mas o seu compromisso até ali, bem como do restante executivo, era de

trabalharem com responsabilidade e com respeito por quem trabalhava com eles e era assim que iam continuar.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que, nos últimos três anos e meio tinha havido uma redução de setenta e três por cento do que se devia a fornecedores e isso, nos tempos que corriam era uma parte muito importante, tal como era importante estarem a discutir valores reais/execução de orçamentos reais, retificados sistematicamente com a necessidade de os trazer à realidade, mas o PS não estava habituado a isso, mas sim habituado a discutir orçamentos empolados, inflacionados, eleitoralistas, etc.. Posto isso, disse haver mérito daquele executivo em estarem ali a discutir um orçamento que todos conseguiam ler, tendo incorporado nas contas da Câmara todas as tralhas que andaram a ser feitas por fora durante largos anos e que nem o Tribunal de Contas estava a conseguir resolver, mas que de futuro o ia conseguir. Concluiu agradecendo, em nome dos munícipes, à Sra. Presidente da Câmara por trazer as contas certas, que podiam discutir e perceber.-----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e disse ser verdade que tinham reduzido a dívida a fornecedores, mas também era verdade que tinha aumentado a dívida de diferenciamento a curto prazo, ou seja, teve que se fazer dívida a curto prazo para pagar aos fornecedores, não houve milagre nenhum. Referiu que as contas estavam muito certas, mas a verdade era que não havia necessidade de criar o papão enorme no início do mandato, com o aumento de taxas, etc., porque as coisas tinham funcionado sem aqueles extremos. Disse que era preciso ver o que tinha ficado por fazer, pois do programa eleitoral quase nada se tinha feito, na parte social não tinha havido grande investimento, na cultural igualmente, não havia investimento nenhum no concelho, nem captação do mesmo, isto é, daquilo que o concelho precisava nem tudo tinha sido atendido.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** iniciou a sua intervenção dizendo que estavam a analisar a prestação de contas do Município da Praia da Vitória, referente ao ano transato, onde se verificava que começava a haver um equilíbrio nas mesmas, uma estabilização do nível de endividamento, com uma respetiva redução e assunção dos compromissos com os fornecedores, ao ponto de atualmente o tempo de pagamento a estes ser mais curto. Continuou dizendo que, após os esclarecimentos claros da Sra. Presidente o que lhe vinha à mente era que o PS nutria repugnância por contas certas e as duas intervenções da Deputada Maria de Fátima Homem eram a prova disso mesmo, pois não querendo elogiar tentou criticar, de forma desastrosa, as mesmas e, como exemplo disso tinham a questão colocada do que havia sido cumprido do programa eleitoral. Posto isso, disse que a Sra. Presidente podia não ter cumprido muito do programa eleitoral que a coligação tinha apresentado, mas era relembrada, pelos elementos da mesma, com alguma frequência, para a necessidade de cumprirem aquilo que tinham prometido aos eleitores aquando da respetiva candidatura, sendo que o problema eram as contas deixadas, que eram de tal forma desastrosas que nem sequer havia dinheiro para cumprir qualquer programa eleitoral, fosse de que força política fosse e o que tinha sido necessário fazer tinha sido pôr as contas em ordem, tendo aquela coligação e executivo esse mérito, porque é que tinham dado a cara e, por isso, mereciam aquele reconhecimento. -----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** relembrou que o Deputado Pedro Pinto era dos principais críticos de que o PS nunca fazia o suficiente, mas eram opções. Referiu que a Praia estava num deserto, mas não à conta da dívida, porque enquanto o PS esteve no elenco camarário havia mais movimento na Praia. Disse que nem estava a falar nas atuais contas, mas sim no descrédito que se gerou à volta da postura daquele elenco camarário com a dívida, ou seja, não havia investimento na Praia, esta estava um deserto, as poucas empresas que havia abandonavam-na e iam para o concelho vizinho. Mencionou que era certo que as contas estavam direitas, mas que quando se tinha falado no Primeiro Direito, o elenco camarário nem queria fazer a candidatura, nem sabiam do que se tratava, ou seja, o foco era só nas contas certas, mas tinha que haver visão e isso não aconteceu, ficou pelo caminho. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, se estavam a falar nas contas, se a Praia estava sem gente e se a Praia, no tempo em que o PS a governava, estava a abarrotar de gente e cheia de vida, significava que a Praia só ia voltar a ter gente e vida quando as contas da Câmara voltassem a estar na completa ruína. Acrescentou que as coisas não tinham a interligação que a Deputada Maria de Fátima Homem lhes quis atribuir, aquele executivo estava a colocar as contas em ordem e suspeitava que se o PS continuasse a gerir a Câmara, este tinha que continuar a fazer dívida para conseguir pagar alguma coisa, pois ou se punha as contas em dia ou se continuava a fazer dívida. Confirmou que não tinha sido possível cumprir, na íntegra, com o manifesto eleitoral daquela coligação, mas estavam convencidos que os eleitores da Praia da Vitória iam reconhecer o excelente trabalho que vinha sendo feito naquele mandato e que lhes iam confiar um novo mandato para continuarem a gerir os destinos da Praia da Vitória e aí, já com as contas acertadas, seguramente iam conseguir materializar aquelas que tinham sido as propostas eleitorais e que iam permitir dar aos praienses um futuro melhor. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse que, analisando aquela prestação de contas e vendo pelo lado da receita, fazendo um exercício de comparação daquilo que estava inicialmente orçamentado, com as correções feitas, estavam a falar de um diferencial de aproximadamente três milhões de euros, pelo que, naturalmente poderia ter existido outro tipo de investimento. Relativamente à despesa, questionou, a nível de pessoal, onde inicialmente estava orçamentado cerca de quatro milhões e setecentos mil euros, tendo sido preciso alterar para seis milhões, cento e oitenta e quatro mil e gastos seis milhões, cento e treze mil, a que se devia aquele diferencial e disse que provavelmente a resposta seria a assunção do pessoal da Cooperativa Praia Cultural. Posto isso, questionou para quando a integração de parte destes funcionários na função pública regional, a assunção da responsabilidade do Governo Regional dos Açores perante aquela matéria e disse que, uma vez mais, estavam a assistir à falta de solidariedade institucional entre o Governo Regional dos Açores e o Município da Praia da Vitória e disse que a mesma questão se colocava com a situação do *Terceira Tech Island*, que garantidamente iria contribuir para libertar verbas ao Município e assim fazer mais investimento no concelho. Relembrou que, durante os últimos três anos e meio o que mais tinham ouvido era que a culpa de tudo estava nos mandatos anteriores e disse ser certo que havia coisas que não tinha concordado, mas que nem tudo tinha sido mal

feito e que tinha visto, na documentação entregue, que em dois mil e vinte e quatro tinham terminado o pagamento ou os benefícios relativos à Covid-19, sendo que ainda tinha bem presente, durante a mesma, quer os vereadores, quer os deputados do PSD, as exigências que faziam ao executivo, bem como as críticas por este não ir mais além daquilo que tinha ido. Ainda sobre a falta de dinheiro, disse que tinha havido tanta lamentação por não haver dinheiro, mas que este tinha estado disponível para a realização da *Senhora do Mar*, na Terceira, com o retorno que efetivamente viria, mas que garantidamente também viria, de forma semelhante, se a Câmara Municipal da Praia da Vitória não tivesse despendido esse montante para aquele fim. Posto isso, disse que o que conseguiam ver era que a execução orçamental em discussão, era resultado de contínuas alterações ao Plano e Orçamento, que era legal e era uma ferramenta que o Município tinha ao seu dispor, mas não podia deixar de dizer que se estavam continuamente a fazer essas alterações, era porque não tinham a noção exata daquilo que se ia fazer. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse para não se analisar, a nível da gestão camararia, apenas a Rua de Jesus e se se falava em Praia da Vitória, era importante que no discurso se falasse a nível de concelho e, por isso, não concordava quando se dizia que o concelho da Praia estava menos atrativo, achava o contrário e bastava entrarem nas comunidades para perceberem a atividade aí desenvolvida, tal como se olhassem à volta, não só ao centro-Rua de Jesus, se calhar havia outros investimentos que não davam valor. De seguida, fez uma reflexão e disse que quando contruíam uma casa, se fosse com os alicerces sobre a areia, mais tarde ou mais cedo esta ia desabar, mas se fosse baseado em cimento e ferro, poderia cair, mas ia ser mais difícil e, durante muito tempo, era isso que tinha acontecido, ou seja, alicerçou-se o Município numa base de areia, tudo à volta era muito bonito, mas por dentro o alicerce era extremamente podre e frágil. Disse que havia pequenos exemplos, da própria gestão da câmara, disso mesmo, como o tratamento que davam às Juntas de Freguesia, que atualmente eram muito mais bem tratadas do que nessa altura. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado José Laranjo dizendo que o Governo Regional tinha iniciado o processo de integração dos funcionários, que todos os assistentes técnicos já estavam integrados na administração regional, os técnicos superiores terminavam no final do mês, sendo que o processo dos operacionais estava um pouco mais atrasado devido às seis situações que careciam de formação e, nesse sentido e como o processo era feito em conjunto, só quando estivessem todos na função pública é que se podia fazer a respetiva transição. De seguida, dirigiu-se à Deputada Maria de Fátima Homem e disse que uma das coisas que tinha cumprido do manifesto eleitoral daquela coligação era a diminuição da dívida aos fornecedores, porque aquando da sua campanha tinha ouvido bem o que todos diziam da forma como a Câmara trabalhava. Referiu que, lhe custava ouvir dizer que a Praia estava um deserto, mas também uma coisa era certa, nunca se cruzavam na Praia e, por isso e se a Sra. Deputada acompanhasse tudo o que era feito, sabia que a Praia tem sido muito visitada, em termos turísticos estava a ter uma evolução muito positiva, que quando viam um aumento do pagamento da derrama era sinal que tinham as suas empresas a funcionar melhor, tinham mais empresas sediadas no concelho, ou seja, disse que a realidade da Deputada

Maria de Fátima Homem, não era a que atualmente viviam no concelho da Praia da Vitória, inclusive o trabalho dos presidentes de Junta que, com muito pouco já se esforçavam muito, e com uma pequena compensação tinha noção que eram parceiros em tudo o que podiam. Disse lamentar que não pudessem avaliar de forma reconhecida tanta coisa boa que vinha sendo feita, mas compreendia e restava-lhe apenas perceber se os Srs. Presidentes de Junta conseguiam confirmar que as suas freguesias estavam melhores, que estavam a trabalhar de forma autónoma no cuidado das mesmas, que todas as pessoas que falavam na Praia não falavam só do centro da Praia e queria que do Porto Martins aos Biscoitos continuassem a fazer a valorização do concelho, cuidado e bonito que tinham.--

----- **O Deputado Ricardo Rosa** interveio com o intuito de apelar à utilização do vocabulário naquele órgão, designadamente aquele que tinha sido utilizado por um membro da bancada do PSD e disse achar que não era preciso descer ao nível de outras Assembleias onde havia forças políticas que, por enquanto, ainda não tinham assento naquela. Posto isso, disse que aquela era uma interpolação à Mesa para que aquele tipo de linguagem insinuada e provocatória não se desse naquela Assembleia, para que elevassem o debate e que tivessem respeito, essencialmente, uns pelos outros. Disse compreender que, em ano de eleições, houvesse uma subida e uma evolução positiva na forma de gestão de cada um, mas a verdade era que a Câmara Municipal, por muitas dificuldades financeiras que tivesse, como instituição pública, não podia ficar estagnada e não ser mais proactiva, inovadora, com uma perspetiva de visão de futuro em relação ao concelho e, mesmo com feridas, levantar-se, avançar e lutar, isto é, não podiam chegar ao fim de quatro anos ainda a lamentar a herança financeira pesada. Acrescentou que vivia no centro da Praia, desde sempre, já tinha apanhado várias épocas na Praia e a verdade era que não se sentia que tivesse havido um impulso, onde se notasse mais pessoas a viver no concelho, mais empresas a abrir na Praia e mais movimento na Praia, excetuando os dias em que os barcos atracavam com turistas. Concluiu solicitando, ao Sr. Presidente da Assembleia, que não deixasse cair aquela Assembleia ao nível de muitas outras a que tem assistido. -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio e disse tomar nota da interpolação anterior e acrescentou que aquela vinha sendo uma prerrogativa daquela Assembleia, enquanto a presidia, que era todo e qualquer comentário e força de expressão pessoal a membros da mesma, não tolerava. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e lembrou que a Deputada Maria de Fátima Homem tinha dito que ele nem era da Praia, mas informava que tinha orgulho do sítio onde tinha nascido, tal como tinha orgulho em ter escolhido os Açores para viver e tinha honra em os praienses terem confiado em si para estar naquela Assembleia. Acrescentou que, aquele comentário, numa tentativa de diminuir ou desmerecer a sua legitimidade de participar naquela Assembleia ou em qualquer outra, não o afetava e enquanto a democracia funcionasse, as diferenças entre as pessoas, para si eram irrelevantes, o que interessava eram os propósitos, as ideias, a determinação e a honestidade com que se exerciam os mandatos, pois estavam ali a representar a comunidade. Lembrou, também, que o Deputado José Laranjo tinha criticado a decisão daquele executivo em apoiar financeiramente a produção de uma telenovela, colocando

em causa se este traria, ou não, algum retorno e acrescentou que, seguramente até já o tinha multiplicado muitas vezes, tendo o mesmo ficado na economia da ilha. Referiu que era legítimo criticar, mas a interpretação que faziam era de que tinha sido um bom investimento, uma boa aposta e disse ser importante esclarecer que não tinha sido a Câmara a encomendar a realização da novela, nem que pediu que a mesma fosse feita, o promotor da novela não tinha sido a Câmara Municipal, ou seja, a esta tinha sido apenas um parceiro da novela. Relativamente às críticas pela falta de atividade cultural, disse que via o Auditório cheio e aproveitou para fazer uma crítica ao executivo, ou seja, disse faltar exuberância na promoção da atividade cultural, mas o que era certo era que as pessoas estavam a participar, portanto em termos culturais a gestão estava a ser muito boa e, intencionalmente, não falava do passado em relação àquela matéria. Quanto às exigências feitas no passado, deu como exemplo as suas exigências numa intervenção na Marina porque esta, durante dezasseis anos, tinha ficado ao abandono e se reclamava era com razão e não era nada para si. Concluiu relembrando que, no tempo da Covid-19 reuniram várias vezes *online* e tinha havido um regulamento Municipal para atribuição de apoios, que tinha sido muito importante para as instituições do concelho, regulamento este feito exclusivamente, e apresentado à Assembleia Municipal, pelo executivo camarário. -----

----- **A Deputada Diana Gomes** usou da palavra e disse não concordar quando se dizia que a Praia estava um deserto, gostava era que tivesse ainda mais pessoas. Disse achar que os praienses, em particular quem tinha comércio aberto, se estivessem sempre a dizer que não tinham pessoas a frequentar o mesmo, fazia com que esse pequeno problema se tornasse uma publicidade enganosa, por isso, não o deviam fazer. De seguida, como opinião pessoal, disse que se tinham um espaço aberto na Praia da Vitória e decidiam abrir o mesmo na cidade vizinha, estavam a fazer concorrência a si próprios e ainda faziam com as pessoas de Angra não sentissem a necessidade de se deslocar à Praia prejudicando também os outros comerciantes. Acrescentou que, não era de todo da responsabilidade da Câmara ir atrás das pessoas para estas abrirem lojas, quem tinha esta intenção é que tinha que ir à procura e fazer por si. Concluiu dizendo que deviam ter mais sensibilidade e cuidado quando se dizia que a Praia estava um deserto, pois se continuassem a dizer isso não os beneficiava em nada. -----

----- **O Deputado José Laranjo** esclareceu que, relativamente ao apoio à novela, o retorno que estavam a ter, provavelmente viria sem o investimento da Câmara e que o que o tinha chocado, não tinha sido o próprio investimento, mas este ser feito em detrimento de muitas instituições do concelho que tinham ficado a ver a banda passar. ----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Paulo Rui Pacheco de Sousa, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Lucília de Fátima Toste Ávila e Valdemar Manuel Dias Toste; -----

----- **Dois do GCE** – Bruno Manuel de Aguiar Borges e Miguel da Costa Bettencourt. -

----- **Três abstenções do PS** - Andreia Marques Mendes, Marco Aurélio Ferreira Toste e Vasco Miguel Valadão de Lima; -----

----- **Dez votos contra do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Eulália Ferreira Toste Leal, Marta Maria Candeias de Meneses, Carina Marlene Pires Dias, Simão Pedro Meneses Fonseca, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Bruno Narciso Meneses Lopes e António Manuel Mendonça Borges.-----

----- **O Deputado José Laranjo** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “O sentido de voto desta bancada deve-se ao facto de:-----

----- 1º – os resultados apresentados serem resultado, embora legais, de sucessivas alterações ao Plano e Orçamento; -----

----- 2º - com as alterações feitas no Plano e Orçamento, ao nível da receita, acreditamos que poderia ter existido um outro tipo de investimento, pelo menos nós assim o tínhamos feito. Por fim, concluir que nós não concordamos com as taxas de execução apresentadas, devido aos fatores que atrás enumerei.” -----

----- **7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS E DIREITOS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO - ANO DE 2024.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **8. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA INERENTE À DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS E RESPECTIVO RELATÓRIO REFERENTE À VERIFICAÇÃO INTERNA DA CONTA DE GERÊNCIA N.º 291/2023 DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA (EXERCÍCIO 2023).**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **9. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO N.º 2 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA DE 2025.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio e questionou se os arruamentos tinham alguma coisa que ver com o PDM. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, perante a condução dos trabalhos no PDM, só naquele momento é que carecia daquelas rubricas abertas para que se pudesse fazer os cálculos de todos os arruamentos que precisavam abrir, face à forma como o próprio orçamento ia acolher aquela abertura. Explicou que, quando se colocava

subdividido em aquisição de terrenos e a sua própria execução, era porque para abertura de novos arruamentos iam ter que negociar com privados para a cedência de algumas faixas para puderem assumir essa mesma abertura e depois a execução propriamente dita. Concluiu dizendo que as rubricas estavam contempladas com um valor reduzido, tudo estava a ser calculado para depois ser acautelado nas mesmas. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria com:** -----

----- **Dezanove votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Lisandra Marina Barcelos Valadão, Filipe Barcelos Rocha, Vânia de Fátima Sousa Leal, Hélio Adriano de Melo Rocha, Luís Carlos Duarte Vieira, John Oliveira Borges, Paulo Rui Pacheco de Sousa, César Leandro da Costa Toste e Ana Margarida Vieira Branco; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Lucília de Fátima Toste Ávila e Valdemar Manuel Dias Toste; -----

----- **Dois do GCE** – Bruno Manuel de Aguiar Borges e Miguel da Costa Bettencourt; -

----- **Um do PS** - António Manuel Mendonça Borges. -----

----- **Dez abstenções do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Eulália Ferreira Toste Leal, Marta Maria Candeias de Meneses, Ricardo António Ferraz da Rosa, Carina Marlene Pires Dias, Daniela Leal de Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, Osvaldo Manuel Borges de Sousa, Marco Aurélio Ferreira Toste e Vasco Miguel Valadão de Lima. - -----

----- **10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ - REFORÇO E VALORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES E SISTEMA DE FUNCIONAMENTO DO CREMATÓRIO.** ----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DAS TAXAS INERENTES AOS EVENTOS CULTURAIS A REALIZAR APENAS DURANTE O PERÍODO DA SEMANA DA FESTIVIDADE DA FREGUESIA DA VILA NOVA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS INERENTES AOS EVENTOS A REALIZAR PELA SOCIEDADE RECREATIVA DE SÃO BRÁS, ATÉ AO FINAL DE 2025.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **13. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS INERENTES AOS EVENTOS A REALIZAR PELA ASSOCIAÇÃO DE TALENTOS AÇOREANA DA JUVENTUDE E DA CULTURA-A.T.A.J.E.C., ATÉ AO FINAL DE 2025.**-----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **14. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE TOURADA TRADICIONAL, NA SERRA DE SANTIAGO, VILA DAS LAJES, POR OCASIÃO DAS FESTAS DE SÃO JOÃO.** --

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **15. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA PRAIA DA VITÓRIA.** --

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **16. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO, POR CONCURSO PÚBLICO, POR LOTES, DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA ZONA BALNEAR DAS ESCALEIRAS, NA VILA NOVA (LOTE 1), E BAR DA PISCINA NA CALDEIRA, VILA DE LAJES (LOTE 2).** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- O Deputado Vasco Lima questionou se a Sra. Presidente tinha conhecimento do estado em que se encontrava o Bar das Escaleiras, pois a preocupação era se estaria tudo pronto para a abertura do mesmo. Por fim, solicitou ao executivo que houvesse o cuidado de que todas as vezes que terminasse a época balnear, perceber as condições das instalações para que não voltasse a acontecer o que tinha acontecido no ano passado. -----

----- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que tinham conhecimento da situação, estavam a terminar a intervenção nas Quatro Ribeiras e iam-se concentrar na Vila Nova, já com a garantia e com o levantamento de todos os materiais necessários para iniciarem a intervenção e garantir que no dia quinze de junho estava devidamente corrigido. Disse ser importante haver um relatório, uma vistoria que pudesse garantir que situações como a ocorrida na Vila Nova, não voltasse a acontecer. -----

----- Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **17. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** interveio e disse que, da leitura que tinham feito da proposta em análise, não tinham identificado um esclarecimento relativo ao formato eletrónico em que os projetos deviam ser entregues na Câmara Municipal, ou seja, se seria por via de suporte em CD ou através de um portal dedicado para o efeito, até porque a legislação nacional, segundo a informação que tinham, indicava que a partir de janeiro do próximo ano, a obrigatoriedade da entrega em portal passava a ser efetiva. Posto isso, sugeriu que, caso ainda não existisse portal, que introduzissem e colocassem em produção o mesmo com alguma antecedência, tendo em conta o tempo que aquelas coisas levavam a concretizar e assim evitar constrangimentos, quer aos técnicos camarários, quer aos cidadãos que o pretendessem utilizar. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que já tinham o portal para que tudo aquilo pudesse ser posto em funcionamento, já tinham trabalhado os serviços *online* com a garantia de que podiam acolher aquele procedimento e o que se estimava era que, em pleno século XXI, pudessem estar preparados para receção de toda aquela documentação, de forma mais simples e célere. Acrescentou que ainda estavam a trabalhar o módulo para aquela área e era importante fazerem a votação daquela regulamentação que também contemplava alguns fatores que careciam da mesma. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à questão do Capital Próprio, esclareceu o Deputado José Laranjo dizendo que quando se recebia um subsídio ao investimento, inicialmente ele é acolhido na rubrica do Capital Próprio, como por exemplo o caso da rubrica “Outras Variações” no Capital Próprio, à medida que o ativo ia sendo subsidiado, era utilizado e depois depreciado, uma parte do subsidio era transferido para a conta cinquenta e nove, que era a conta dos proveitos, intitulada por “Outros rendimentos e ganhos”, essa transferência reduzia o saldo da referida conta e, consequentemente o valor dessa rubrica passava para os ajustamentos e outras variações de Capital Próprio. Portanto, a redução, referida pelo Deputado José Laranjo, refletia a realização do subsídio em proveitos do exercício e estava acompanhada da depreciação dos ativos a que ela se referia. -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram dezassete horas e vinte minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por

terminados os trabalhos da segunda sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____

—

—

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

Recomendação para Elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária

A segurança rodoviária é um pilar fundamental na promoção da qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento sustentável dos municípios.

A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2021-2030 — "Visão Zero 2030", coordenada pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), estabelece como meta a eliminação de mortes e feridos graves nas estradas até 2050, reforçando a necessidade da implementação de estratégias locais eficazes.

Neste contexto, os Planos Municipais de Segurança Rodoviária (PMSR) surgem como instrumentos estratégicos essenciais, permitindo o diagnóstico aprofundado da sinistralidade rodoviária ao nível municipal, definindo os objetivos e metas para a sua redução, bem como implementando ações concretas e eficazes que promovam comportamentos seguros e melhorem as infraestruturas viárias.

Os Planos Municipais de Segurança Rodoviária disponibilizam aos agentes de proteção civil e às entidades envolvidas na segurança rodoviária, uma valiosa ferramenta para o conhecimento e a análise sistemática da realidade concelhia, possibilitando a identificação de problemas e a criação de medidas adequadas para a sua resolução.

Entre os principais objetivos dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária destacam-se:

- A identificação dos locais de ocorrência dos acidentes, realçando as reincidências através da elaboração da Carta de Sinistralidade Rodoviária;
- A caracterização dos acidentes e a associação da sinistralidade às vias municipais;
- O diagnóstico dos fatores de risco e a caracterização dos grupos e situações mais vulneráveis;
- A análise da evolução da sinistralidade rodoviária ao longo do tempo.

Com base nessa análise, definem-se objetivos quantitativos, estratégicos e operacionais, bem como um conjunto de ações-chave que contribuirão para a concretização dos propósitos delineados no plano. A identificação dos pontos críticos de sinistralidade permitirá a formulação de abordagens estratégicas, táticas e operacionais, constituindo, igualmente, uma ferramenta indispensável de apoio à decisão política.

Assim, a elaboração de um Plano Municipal de Segurança Rodoviária, permitirá ao Município da Praia da Vitória:

- Definir prioridades em matéria de mobilidade e segurança rodoviária;
- Estabelecer prazos e metas de execução;
- Alocar os recursos de forma eficiente;
- Desenvolver sistemas de armazenamento e análise de dados sobre acidentes;
- Melhorar as infraestruturas rodoviárias, cicláveis e pedonais;
- Aumentar a eficácia dos serviços de socorro e emergência;
- Intensificar a fiscalização rodoviária;
- Promover programas de educação e sensibilização para a segurança rodoviária.

Proposta

Considerando que:

- A segurança rodoviária é uma prioridade de todos;
- As políticas públicas nesta área segurança devem assentar em estratégias eficazes que envolvam e motivem a sociedade civil;
- Considerando que a responsabilidade pela segurança rodoviária é partilhada entre o Governo Regional, as autarquias locais, outras entidades gestoras de infraestruturas, o setor privado e cidadãos;

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida a 28 de abril de 2025, delibere sobre as seguintes recomendações:

1- Recomendar à Câmara Municipal da Praia da Vitória que:

- a) Proceda à elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária da Praia da Vitória, enquanto instrumento estratégico de gestão autárquica e orientador das políticas municipais de mobilidade e transportes.
- b) Assegure que o referido Plano seja desenvolvido em estreita colaboração com o Governo Regional, nomeadamente com a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, tendo em consideração a partilha de responsabilidades sobre a rede viária do Concelho.
- c) Promova a participação ativa de todas as partes interessadas no processo de elaboração do Plano, designadamente:

- O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores;
- As Autoridades Policiais;
- As Escolas de Condução do Concelho;
- A Comunidade Escolar;
- Outras entidades públicas ou privadas, coletivas ou individuais, que possam contribuir para a valorização da iniciativa.

2- Recomendar à Câmara Municipal da Praia da Vitória que:

Considerando:

- A lacuna criada pelo encerramento da Prevenção Rodoviária Açoriana em 2024, entidade que desempenhava relevantes funções no âmbito da prevenção, sensibilização e promoção da segurança rodoviária;
- O valor que esta instituição teria acrescentado na implementação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, caso ainda estivesse em atividade;
- A declaração pública da Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, proferida a 23 de janeiro de 2025, informando que "o Fundo Regional dos Transportes Terrestres já




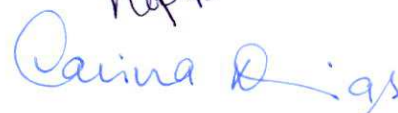

se encontra, de forma preventiva, há algum tempo, a estudar alternativas à atividade prestada pela "Prevenção Rodoviária Açoriana", sem que, até à presente data, haja conhecimento de qualquer concretização;

Propomos:

- a) Que o Município questione formalmente o Governo Regional sobre o ponto de situação relativamente ao preenchimento dessa lacuna;
- b) Que, na eventualidade de a alternativa ainda se encontrar em estudo, a Câmara Municipal da Praia da Vitória se disponibilize para acolher essa nova estrutura, oferecendo as condições materiais, logísticas e/ou outras necessárias à sua instalação no concelho.

Praia da Vitória, 28 de abril de 2025

O Grupo Municipal do Partido Socialista



GRUPO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

VOTO DE LOUVOR

JUVENTUDE DESPORTIVA LAJENSE – VENCEDOR DA TAÇA AFAH E DA TAÇA DA ILHA TERCEIRA E CAMPEÃO DE FUTEBOL DOS AÇORES

O Juventude Desportiva Lajense fez um triplete na época 2024/2025 fazendo história nos seus 67 anos de existência.

Após a conquista da Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, o Juventude conquistou o título de campeão dos Açores no passado dia 12 de abril de 2025. Um título inédito que garante a subida ao Campeonato de Portugal.

Um feito histórico que culminou com a conquista no dia 16 de abril da Taça da Ilha Terceira onde o Juventude Desportiva Lajense venceu ao Sport Clube Angrense.

É um orgulho para a Vila das Lajes, para a Praia da Vitória, a ilha Terceira e os Açores. O mérito à direção liderada por Paulo Aguiar, da equipa técnica, atletas, colaboradores, voluntários, sócios que merece o nosso reconhecimento e consideração.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal da Praia da Vitória reunida a dia 28 de abril de 2025 aprove um Voto de Louvor pelo alcance dos títulos: Taça AFAH, Taça da Ilha Terceira e Campeão de Futebol dos Açores.

Que do presente voto seja dado conhecimento ao Juventude Desportiva Lajense e Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Vila das Lajes, 28 de abril de 2025

O Grupo do Partido Social Democrata



Grupo de Cidadãos Eleitores “Esta é a Nossa Praia”

Voto de Congratulação

Juventude Desportiva Lajense

O Juventude Desportiva Lajense é uma das mais prestigiadas e respeitadas instituições desportivas do concelho da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e dos Açores em geral.

Muito além de uma direção de jovens voluntários que espalham dinamismo e organização, com uma forte massa associativa que se identifica com os seus valores, o Lajense é um exemplo para toda a ilha terceira e para os Açores.

Dinamismo e trabalho que merecem o nosso reconhecimento, pois tudo isto é resultado e desenvolvido por toda a sua estrutura organizacional, sublinhando-se o excelente trabalho que vem a ser feito na formação de jovens atletas.

Com ambição, garra e determinação o Lajense, na época de 2021/2022 conquista o título de Campeão da Ilha Terceira, vencendo este campeonato a três jornadas da sua conclusão.

Na época seguinte os amarelos das Lajes disputaram a série Açores e conseguiram garantir a sua manutenção nesta competição.

No campeonato de Futebol dos Açores 2023/2024 conseguiram alcançar o segundo lugar desta competição, e nunca deixaram de sonhar com um patamar acima.

Em outubro de 2024 o Lajense escreveu mais uma página da sua história chegando à terceira eliminatória da prova rainha do futebol português, a Taça de Portugal.

Nunca desistindo dos seus sonhos, os amarelos continuaram a apostar forte no Campeonato de Futebol dos Açores, e na presente época de 2024/2025 conseguem garantir o primeiro lugar desta competição e a tão almejada subida pela primeira vez ao Campeonato de Portugal, escrevendo assim uma das páginas mais bonitas da sua história.

Mais do que, por todo o trabalho desenvolvido pelas sucessivas Direções do Juventude Desportiva Lajense, sempre com o apoio dos seus sócios e simpatizantes, na realização de um projeto comum partilhado pelas suas gentes de toda a Vila das Lajes, mas acima de tudo por nunca terem desistido de sonhar alto e alcançar os seus objetivos, com a conquista do Campeonato dos Açores e consequente subida ao Campeonato de Portugal o GCE Esta é a nossa Praia, propõe a esta assembleia um voto de congratulação ao Juventude Desportiva Lajense.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do JDL, à mesa da Assembleia Geral, à Junta de Freguesia da Vila das Lajes e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Santa Cruz, Praia da Vitória, 28 de abril de 2025



Praia da Vitória

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

28 de Abril 2025

VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO JUVENTUDE DESPORTIVA LAJENSE PELA CONQUISTA DO CAMPEONATO DE FUTEBOL DOAS AÇORES

O Juventude Desportiva Lajense escreveu, na época desportiva 2024/2025, a mais marcante página da sua história, alcançando feitos que são motivo de legítimo orgulho para a Vila das Lajes, para o concelho da Praia da Vitória e para toda a ilha Terceira.

Fundado a 18 de maio de 1958, o Juventude Desportiva Lajense sempre se afirmou como um pilar da Vila das Lajes e como um símbolo da perseverança e dinamismo associativo da nossa terra. A sua trajetória, marcada pela resiliência, encontrou nesta época a sua expressão máxima, ao conquistar, de forma meritória e inquestionável, o Campeonato de Futebol dos Açores, garantindo assim a inédita estreia no Campeonato de Portugal, um dos mais prestigiados palcos do futebol nacional.

Mais do que um título, esta conquista reflete a afirmação de um projeto construído com base na formação, no trabalho árduo e no amor à camisola, elevando o nome da Vila das Lajes, do concelho da Praia da Vitória e da Região Autónoma dos Açores no panorama desportivo nacional.

Para além deste feito memorável, o Juventude Desportiva Lajense somou ainda a conquista da Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, da Taça da Ilha Terceira e, pela primeira vez na sua história, alcançou a 3.ª eliminatória da Taça de Portugal, culminando uma época verdadeiramente histórica, repleta de vitórias e de momentos inesquecíveis, que ficarão para sempre gravados na memória de todos os lajenses.

Estes êxitos são fruto da competência, do talento e da dedicação dos atletas, da visão estratégica e da liderança da equipa técnica e da direção, e do apoio incondicional da massa associativa, que nunca deixou de acreditar no seu clube.

O Partido Socialista da Praia da Vitória, reconhecendo a importância deste percurso para a afirmação da nossa identidade concelhia e para o


fortalecimento do associativismo desportivo, vem, através deste Voto de Congratulação, manifestar o seu mais sincero e caloroso aplauso ao Juventude Desportiva Lajense.

Que esta época histórica inspire gerações futuras a acreditar que, com esforço, união e paixão, os sonhos mais ambiciosos podem ser alcançados.

Que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Juventude Desportiva Lajense.

Praia da Vitória, 28 de Abril de 2025

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista:



Carina Dias



F. C. 711



O Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem expressar o seu profundo reconhecimento e calorosas congratulações à Câmara Municipal da Praia da Vitória e Câmara de Comercio e Indústria de Angra do Heroísmo pela notável organização da Expo Praia 2025, que decorreu entre os dias 28 e 30 de março de 2025.

A Expo Praia 2025 revelou-se um evento de grande sucesso, dinamizando a economia local, promovendo o tecido empresarial do concelho e proporcionando um espaço de encontro e oportunidades para diversos setores de atividade.

A iniciativa demonstrou a capacidade e empenho da parceria entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória e Câmara de Comercio e Indústria de Angra do Heroísmo, em criar eventos que impulsionam o desenvolvimento económico e social do concelho, atraindo visitantes e fomentando o intercâmbio entre empresas e a comunidade. A diversidade de expositores e a qualidade da programação certamente contribuíram para o êxito desta edição.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata reconhece o papel fundamental da Câmara Municipal da Praia da Vitória Câmara de Comercio e Indústria de Angra do Heroísmo na promoção de eventos que valorizam o potencial do nosso concelho e que contribuem para a sua projeção a nível regional. A organização da Expo Praia 2025 é um exemplo claro do dinamismo dessa visão estratégica.

Assim, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitoria, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe o presente Voto de Congratulação. Deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Praia da Vitória e Câmara de Comercio e Industria de Angra do Heroísmo, expressando a nossa sincera admiração pelo sucesso da Expo Praia 2025 e reiterando o nosso apoio a futuras iniciativas que continuem a engrandecer e beneficiar o Concelho da Praia da Vitória.

Praia da Vitoria, 28 de abril de 2025

[Handwritten signature]

[Three handwritten signatures in blue ink]

Voto de Congratulação

Congratula-se o Grupo Juventude Desportiva Lajense pela organização da 17ª Edição do Ramo Grande Azores Cup, que decorreu entre os dias 17 a 20 de abril, no Campo Manuel Linhares de Lima, na Vila das Lajes.

Por mais um ano o Juventude Desportiva Lajense organizou um torneio de futebol de formação, que envolveu 24 clubes desportivos regionais e nacionais, sendo eles:

Juventude Desportiva Lajense (Equipas de Sub-11 e Sub-13); Clube de Futebol Vasco da Gama (Equipa de Sub-11); Associação Desportiva Ponta da Barca (Equipa de Sub-11); Futebol Clube da Madalena (Equipa de Sub-11), Grupo Desportivo das Fontinhas (Equipas de Sub-11 e Sub-13); Academia de Futebol de Alcoitão (Equipa de Sub-13); Sporting Clube "Os Leões" (Equipa de Sub-11); Sport Clube Marítimo da Graciosa (Equipa de Sub-13); Escola de Futebol do Benfica dos Açores – Sport Club Praiense (Equipas de Sub-11 e Sub-13); Centro Social e Desportivo de Câmara de Lobos (Equipa de Sub-13); Boavista Clube da Ribeirinha (Equipa de Sub-11); Atlético dos Arcos – Associação Desportiva (Equipa de Sub-11); Sport Clube Angrense (Equipa de Sub-13); Sporting Clube de Portugal (Equipa de Sub-11), Futebol Clube Calheta (Equipa de Sub-11), Seleção Feminina da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo (Equipa de Sub-11); Ginásio Club Figueirense (Equipa de Sub-13); Futebol Clube de Vale Formoso (Equipa de Sub-13); Rio Ave Futebol Clube (Equipa de Sub-11); Grupo Desportivo de São Roque (Equipa de Sub-13), Associação Desportiva de Poiares (Equipa de Sub-11), Sport Club Lusitânia (Equipa Sub-13), Fayal Sport Club (Equipa de Sub-11), Associação Desportiva da Amadora (Equipa de Sub-13).



Mais uma vez a Vila das Lajes, o Município da Praia da Vitória e a Ilha Terceira, foram o palco principal daquele que é um dos maiores encontros de formação de futebol infantil e juvenil da Região Autónoma dos Açores.

A participação dos cerca de 500 jovens atletas neste torneio proporciona oportunidades de aprendizagem, de evolução desportiva e de sociabilização e criação de laços com jovens da mesma idade provenientes de outras realidades desportivas.

Trata-se de um torneio que aposta no desenvolvimento das camadas juvenis e no futebol de formação, mas também aposta fortemente na capacitação, formação e preparação dos treinadores, onde este ano participarão cerca de 100 treinadores e dirigentes, bem como da comunidade desportiva envolvente. Primando pelo desenvolvimento das capacidades e, pela qualidade dos desportistas açorianos.

Na vertente competitiva destacaram-se as equipas, Sporting Clube de Portugal que venceu o torneio do Escalão de Sub-11 e o Centro Social e Desportivo de Câmara de Lobos que venceu o torneio no Escalão de Sub-13.

Estão de parabéns o Grupo Juventude Desportiva Lajense, as suas equipas técnicas, os jovens atletas, as suas famílias e todos os que colaboraram na organização desta grande festa do futebol nos escalões de formação.

Assim, os Deputados do Grupo Municipal do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária a 28 de abril de 2025, a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Juventude Desportiva Lajense pela realização da 17ª Edição do Ramo Grande Azores Cup, ao Sporting Clube de Portugal pela conquista do Torneio de Sub-11 do Ramo Grande Azores Cup e ao Centro Social e Desportivo de

Câmara de Lobos que se consagrou vencedora do Torneio de Sub-13 do Ramo Grande Azores Cup. Um agradecimento ao Juventude Desportiva Lajense por continuar a apostar nas camadas mais jovens e no futebol de formação.

Do presente voto deve também ser dado conhecimento à Direção Regional do Desporto, à Federação Portuguesa de Futebol, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, ao Grupo Juventude Desportiva Lajense, ao Sporting Clube de Portugal e Centro Social e Desportivo de Câmara de Lobos.

Praia da Vitória, 28 de abril de 2025,

Os deputados municipais,



Pedro Pinto



Lucília Ávila



Valdemar Toste

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
XVII TORNEIO RAMO GRANDE AZORES CUP 2025

Entre os dias 18 e 20 de abril de 2025 realizou-se no Campo Manuel Linhares de Lima – Vila das Lajes – a 17.^a edição do Torneio Ramo Grande Azores Cup.

Após 17 edições, o Torneio Ramo Grande Azores Cup continua a ser a verdadeira festa do futebol de formação, ao marcar o fim-de-semana da Páscoa. Este ano contou com a participação de 24 clubes, 28 equipas, mais de 400 atletas, sete clubes do continente, um da Madeira, oito da Terceira, três de São Miguel, um da Graciosa, um de São Jorge, um do Faial, um do Pico e ainda uma seleção feminina da AFAH movimentando mais de 400 jovens atletas.

É um dos principais e mais antigos torneios de futebol jovem dos Açores que permite a competição nos escalões de Sub-11 e Sub-13. No corrente ano o torneio destacou dois patronos - Gerardo Meneses e Hélio Ormonde.

No final o Sporting Futebol Clube foi o vencedor em sub11 e o Centro Social e Desportivo Câmara de Lobos nos sub13.

Durante quatro dias o Campo Manuel Linhares de Lima tornou o Coração do Ramo Grande o foco de todas atenções.

Durante quatro dias o Torneio do Ramo Grande Azores Cup foi o cartão de visita da vila, do concelho, da ilha e do arquipélago influenciando positivamente nas áreas da restauração, comércio, hotelaria e turismo.

Um trabalho do Juventude Desportiva Lajense, dos seus dirigentes, colaboradores, técnicos, atletas e voluntários que merece a nossa homenagem e consideração.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal da Praia da Vitória reunida a dia 28 de abril de 2025

aprove um Voto de Congratulação ao Juventude Desportiva Lajense pela organização do XVII Torneio Ramo Grande Azores Cup.

Que do presente voto seja dado conhecimento ao Juventude Desportiva Lajense.

Vila das Lajes, 28 de abril de 2025

O Grupo do Partido Social Democrata

Rui Laj

fr



Praia da Vitória

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

28 de Abril 2025

VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO XVII RAMO GRANDE AZORES CUP

O XVII Ramo Grande Azores Cup, realizado entre os dias 17 e 20 de abril de 2025, afirmou-se como um dos mais relevantes eventos desportivos da Região Autónoma dos Açores, projetando a Praia da Vitória como um concelho de referência no fomento do desporto juvenil e no acolhimento de grandes iniciativas de âmbito nacional e internacional.

Contando com a participação de 28 equipas, representando 25 clubes distintos, entre os quais 9 equipas oriundas de fora da Região Autónoma dos Açores e 7 equipas provenientes de outras ilhas do arquipélago, o torneio reuniu mais de 450 jovens atletas e cerca de 100 elementos de equipas técnicas, que foram acompanhados por comitivas superiores a 1000 familiares e acompanhantes.

Ao longo de vários dias de competição intensa, convívio e saudável espírito desportivo, o Ramo Grande Azores Cup proporcionou uma verdadeira celebração do desporto e da juventude, evidenciando a capacidade da Praia da Vitória para acolher grandes eventos e consolidar-se como destino de eleição para o turismo desportivo.

A organização exemplar do XVII Ramo Grande Azores Cup, o profissionalismo dos envolvidos e o calor humano da nossa gente foram determinantes para o enorme sucesso do evento e para a promoção da Praia da Vitória e da ilha Terceira para além das nossas fronteiras.

Um reconhecimento especial deve ser feito ao Juventude Desportiva Lajense, entidade promotora do torneio, que, com dedicação, espírito de missão e visão estratégica, soube projetar este evento para um patamar de excelência, prestigiando o concelho e elevando o nome da nossa terra no contexto regional e nacional.

O Partido Socialista da Praia da Vitória, reconhecendo a importância do Ramo Grande Azores Cup para o desenvolvimento desportivo, social e económico do concelho, vem, através deste Voto de Congratulação, saudar todos quantos contribuíram para a realização desta edição desde atletas, treinadores,

dirigentes, voluntários, patrocinadores, entidades públicas e privadas, e, muito particularmente, ao Juventude Desportiva Lajense, pelo trabalho notável realizado.

Que o sucesso do XVII Ramo Grande Azores Cup inspire a continuidade da aposta no desporto como motor de desenvolvimento, de coesão e de afirmação da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 28 de Abril de 2025

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista:

Honrem
M
M
Caim D. 98
D. 98

Voto de Congratulação

40.º Aniversário da Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo

Fundada a 7 de abril de 1985, esta distinta coletividade tem sido, ao longo das últimas quatro décadas, um verdadeiro baluarte da cultura, da educação musical e do espírito comunitário, erguendo-se como uma verdadeira referência na freguesia da Fonte do Bastardo e em todo o concelho da Praia da Vitória.

Mais do que uma escola de música, a Associação Filarmónica de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo é um viveiro de valores humanos e cívicos, onde se moldam talentos, se promovem gerações e se fortalece o sentido de pertença a uma identidade comum. A sua ação ultrapassa o domínio artístico, constituindo-se como uma instituição de formação, de integração social e de preservação do nosso património cultural imaterial. A cada acorde, a cada apresentação, esta Filarmónica perpetua uma herança de dedicação, paixão e serviço à comunidade, projetando a nossa terra, afirmando as nossas tradições e enriquecendo, com inegável mérito, a vida cultural da Praia da Vitória.

Neste marco tão significativo, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória presta a mais elevada homenagem a todos quantos, ao longo de 40 anos, contribuíram para a edificação, a afirmação e o prestígio desta Associação: músicos, maestros, dirigentes, associados, famílias e toda a comunidade envolvente.



Que o exemplo da Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo inspire gerações futuras e que a sua missão continue a ser fonte de orgulho, coesão e esperança para todo o concelho. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados eleitos pelo Partido Socialista, propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2025, a aprovação do presente Voto de Congratulação e reconhecimento à Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento, para além da própria Associação, à Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo e à Direção Regional da Cultura.

Praia da vitória, 28 de abril de 2025.

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista:

Homem *Adriano*
Marcelo
Marcelo
Carvalho



O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, vem expressar o seu profundo reconhecimento e calorosas congratulações à Câmara Municipal da Praia da Vitória pelo valioso apoio prestado à organização da primeira edição da Expo Atlantic Terroir.

Este evento marcante, que decorreu entre os dias 4 e 6 de abril de 2025 no Parque Multissetorial da ilha Terceira, constituiu um importante marco na valorização do setor vitivinícola dos Açores, com um impacto que se estendeu para além das fronteiras regionais, alcançando relevância nacional e internacional.

A iniciativa pioneira, promovida pela Comissão Vitivinícola da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, contou com o apoio fundamental da Câmara Municipal da Praia da Vitória, demonstrando a visão estratégica e o compromisso do município com o desenvolvimento de setores económicos cruciais para a Ilha Terceira e Região.

A participação ativa do Município da Praia da Vitória, ao lado de outras entidades de relevo como os Municípios de Angra do Heroísmo e Vila do Porto, a GRATER, o Governo dos Açores, a Confraria do Vinho Verdelho dos Biscoitos, a Associação de Municípios Portugueses do Vinho, a Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória e a Universidade dos Açores, foi essencial para o sucesso deste evento multifacetado.

A Expo Atlantic Terroir proporcionou um encontro profícuo entre produtores, especialistas e apreciadores, impulsionando a excelência da vitivinicultura açoriana e fomentando relevantes sinergias nos âmbitos nacional e internacional. O programa diversificado, que abrangeu provas comentadas, jantares vínicos, fóruns de discussão, palestras técnicas e uma gala de distinção, evidenciou a vitalidade, o dinamismo e o potencial do setor vitivinícola desta Região robustecendo o enoturismo como um eixo estratégico para a diversificação e qualificação da oferta turística dos Açores.

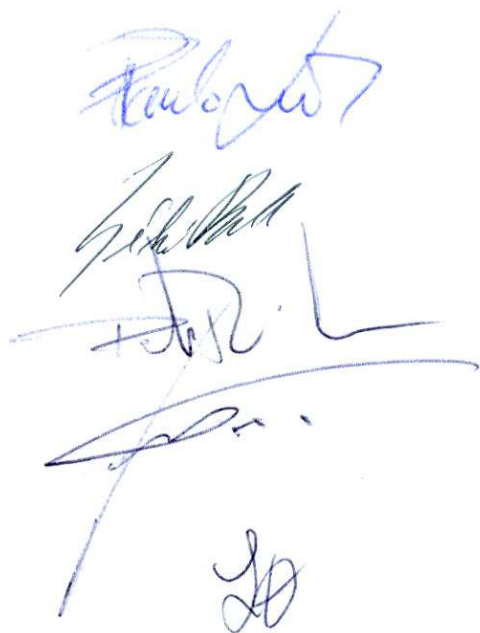
Reconhece-se que a Expo Atlantic Terroir se estabeleceu como uma plataforma crucial para a valorização da produção vitivinícola dos Açores, promovendo a sua identidade singular, a preservação das tradições e das paisagens culturais da vinha, a inovação técnica e a criação de valor económico e turístico para a Região.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata louva o envolvimento e a visão da Câmara Municipal da Praia da Vitória, que, ao apoiar esta iniciativa, contribuiu

significativamente para o sucesso da primeira edição da Expo Atlantic Terroir, honrando a ilha Terceira e valorizando os Açores no seu todo.

Assim, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitoria, propomos que seja aprovado o presente Voto de Congratulação à Câmara Municipal da Praia da Vitória, expressando o nosso público reconhecimento pelo seu apoio fundamental e pelo seu contributo para o sucesso da Expo Atlantic Terroir, um evento que enalteceu o potencial vitivinícola da nossa Região.

Praia da Vitoria, 28 de abril de 2025



Voto de Congratulação

Congratulam-se os colégios e as escolas do Concelho da Praia da Vitória, galardoadas com a bandeira verde 2023/24, no âmbito do programa Eco-Escolas, nomeadamente, a Escola Básica Integrada dos Biscoitos, a Escola Secundária Vitorino Nemésio, a Escola EB1,2,3/JI Francisco Ornelas da Câmara pertencente à Escola Básica Integrada da Praia da Vitória e os colégios “Divertiláxia” e “O Gu e a Tita”.

O programa Eco Escolas é um Programa internacional coordenado pela Foundation for Environmental Education (FEE). É implementado em 73 países por organizações membros da FEE e em 26 países através de Escolas Internacionais. Em Portugal é implementado pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) desde 1996, atualmente designada Associação Bandeira Azul do Ambiente e Educação (ABAEE).

A maior conquista deste programa consiste nos efeitos que produz nas pessoas ao nível da mentalidade sustentável e consciência ambiental, geração após geração. Os padrões comportamentais que carregam ao longo da vida, adotado sob os auspícios das Eco-Escolas, permite a transmissão à próxima geração a aquisição de hábitos para fazer a diferença.

Este programa tem como objetivo encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade. O acompanhamento e avaliação anual das atividades, visa validar a qualidade do trabalho desenvolvido pela escola, através da atribuição simbólica de uma bandeira verde Eco-Escolas. A sua metodologia inspirada nos princípios da Agenda 21 local, visa garantir a participação das crianças e jovens na tomada de decisões, promover uma cidadania responsável e contribuir para uma escola e de uma comunidade mais sustentáveis.

Este é um dos maiores programas globais de escolas sustentáveis. Começa na sala de aula e expande-se para a comunidade, envolvendo as gerações futuras na aprendizagem baseada na ação.

Assim, os Deputados do Grupo Municipal do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária a 28 de abril de 2025, a aprovação de um voto de congratulação à Escola Básica Integrada dos Biscoitos, à Escola Secundária Vitorino Nemésio, à Escola EB1,2,3/JI Francisco Ornelas da Câmara pertencente à Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, à Creche e Jardim de Infância “Divertiláxia” e ao colégio e Jardim de Infância “O Gu e a Tita”.

Do presente voto deve também ser dado conhecimento à Direção Regional da Educação, Cultura e Desporto e aos respetivos colégios e escolas galardoadas.

Praia da Vitória, 28 de abril de 2025,

Os deputados municipais,



Pedro Pinto



Lucília Ávila



Valdemar Toste

GRUPO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**ACADEMIA DE DANÇA DO JUVENTUDE DESPORTIVA LAJENSE
PRESENTE NO CAMPEONATO DA EUROPA WDSF EM PALMA DE
MAIORCA, ESPANHA**

No passado 28 de março de 2025 a atleta açoriana da Academia de Dança do Juventude Desportiva Lajense, Briana Espínola, representou a Região Autónoma do Açores, pela primeira vez, no Campeonato da Europa de solos nas danças latinas no escalão de juventude (WDSF European Championship Solo LatinFemaleYouth), que decorreu na cidade de Calvia, em Espanha, a 28 e 29 de março. Convocada pela Federação Portuguesa de Dança Desportiva, com base nos seus bons resultados desportivos, a atleta Briana Espínola, foi a única atleta açoriana a marcar presença neste importante evento desportivo, estando integrada na representação de Portugal que se deslocou a Espanha.

Briana Espínola alcançou o 58º lugar na categoria de latinas marcando por excelente prestação digna de reconhecimento.

A Academia de Dança Juventude Desportiva Lajense tem participado em diversas competições de âmbito nacional nas diferentes modalidades de Dança Desportiva, onde tem alcançado lugares cimeiros com atletas de diferentes escalões etários.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal da Praia da Vitória reunida a dia 28 de abril de 2025 aprove um Voto de Congratulação à Academia de Dança do Juventude Desportiva Lajense pela participação Campeonato da Europa de solos nas danças latinas no escalão de juventude.

Que do presente voto seja dado conhecimento à Academia de Dança do Juventude Desportiva Lajense.

Vila das Lajes, 28 de abril de 2025

O Grupo do Partido Social Democrata



Grupo Benin